

**CHINARA MENDES SCHINAIDER**

**DISPARIDADES REGIONAIS E O HIATO ENTRE HOMENS E MULHERES  
NA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PARA O  
ANO DE 2015**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Jader Fernandes Cirino

Coorientador: Francisco Carlos da Cunha Cassuce

**VIÇOSA – MINAS GERAIS**

**2020**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade  
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

S336d  
2020

Schinaider, Chinara Mendes, 1996-

Disparidades regionais e o hiato entre homens e mulheres na participação no mercado de trabalho formal para o ano de 2015 / Chinara Mendes Schinaider. – Viçosa, MG, 2020.

54 f. : il. ; 29 cm.

Inclui anexo.

Orientador: Jader Fernandes Cirino.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f.47-50.

1. Mercado de trabalho - Diferença entre os sexos - Brasil.  
2. Probabilidade. 3. Mulheres . I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia. II. Título.

CDD 22 ed. 331.120981

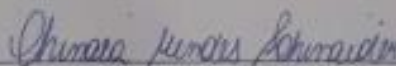
CHINARA MENDES SCHINAIDER

DISPARIDADES REGIONAIS E O HIATO ENTRE HOMENS E MULHERES  
NA PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO FORMAL PARA O  
ANO DE 2015


Dissertação apresentada à Universidade  
Federal de Viçosa, como parte das  
exigências do Programa de Pós-Graduação  
em Economia, para obtenção do título de  
*Magister Scientiae*.

APROVADA: 07 de fevereiro de 2020.

Assentimento:



Chinara Mendes Schinaider  
Autora



Jader Fernandes Cirino  
Orientador

*“Mas quando você orar, vá para seu quarto, feche a porta e ore a seu Pai, que está no secreto. Então seu Pai, que vê no secreto, o recompensará”.*

Mateus 6:6

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus por minha vida e por toda glória.

Aos meus pais, Edilaine e Chelton, pelo amor incondicional e ensinamentos.

A Alberto, meu amor, por todo carinho e dedicação.

A meus irmãos pelo apoio.

Aos colegas do Mestrado, em especial a Izabella, pela amizade e companheirismo.

A todos os professores que se fizeram presente na minha jornada até aqui.

Aos funcionários do Departamento de Economia da UFV pelo zelo.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de fazer o curso.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

## RESUMO

SCHINAIDER, Chinara Mendes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2020. **Disparidades regionais e o hiato entre homens e mulheres na participação no mercado de trabalho formal para o ano de 2015**. Orientador: Jader Fernandes Cirino. Coorientador: Francisco Carlos da Cunha Cassuce

O objetivo deste estudo é analisar o diferencial de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal para as regiões brasileiras em 2015. Diante disso, buscou-se testar a hipótese de que, as chances de participação no mercado de trabalho para homens e mulheres se dão de forma heterogênea entre as regiões do país, devido às disparidades regionais brasileiras. Para isso, utilizou-se o modelo *Probit*, que permite a análise de probabilidade de um indivíduo estar inserido no mercado de trabalho, levando em consideração características individuais, produtivas e regionais. Por fim, foi utilizada a decomposição de Fairlie, que permite analisar se as características observáveis dos indivíduos contribuem para aumentar ou reduzir as chances de participação no mercado de trabalho formal urbano. Em todos os casos, os homens possuem maiores chances de inserção no mercado de trabalho, em relação às mulheres. Ainda, é importante ressaltar o impacto da escolaridade nas probabilidades de ingresso das mulheres no mercado de trabalho formal, pois é uma das variáveis que mais contribuiu para reduzir o diferencial de participação entre os sexos. No tocante à decomposição, os resultados evidenciaram que os homens e mulheres da região Sul possuem maior probabilidade de participarem do mercado de trabalho em relação às demais regiões do país. Ainda, o maior diferencial de participação entre os sexos se dá nas regiões Norte e Nordeste. Quanto ao total explicado, as variáveis contribuíram em maior grau para explicar o diferencial de participação nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. Quanto à contribuição das variáveis no total explicado da diferença de participação entre mulheres e homens no mercado de trabalho, o fato de ser casado e a posição no domicílio apresentou maior percentual em reduzir a diferença de participação entre homens e mulheres na região Norte, a experiência do indivíduo e maior nível de escolaridade na região Nordeste, e a renda domiciliar per capita na região Sul, em relação às demais regiões. Enfim, é evidente que a participação entre homens e mulheres se dá de maneira diferente, em vantagem para os homens, a depender de diversos fatores, como características individuais, produtivas e regionais. Diante disso, torna-se necessário estimular os sistemas de formulação, implementação e avaliação das políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho em geral e, a priori, para a inclusão

social, permitindo que as mulheres possam se ausentar do ambiente doméstico. Um primeiro passo seria destinar investimentos governamentais na construção e manutenção de creches e escolas em tempo integral, bem como a valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Medidas como essas tenderiam a reduzir as dificuldades das mulheres brasileiras, em particular àquelas com baixo nível de escolaridade e de renda, em participar do mercado de trabalho, passando a contribuir também com a geração de renda para a família.

Palavras-chave: Participação. Mercado de trabalho. Diferencial. Mulher. *Probit*. Decomposição de Fairlie.

## ABSTRACT

SCHINAIDER, Chinara Mendes, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, February, 2020. **Regional disparities and the gap between men and women in participation in the formal labour market for the year 2015.** Advisor: Jader Fernandes Cirino. Co-Advisor: Francisco Carlos da Cunha Cassuce.

The objective of this study is to analyze the difference in participation between men and women in the formal labor market for Brazilian regions in 2015. In view of this, we seek to test the hypothesis that the chances of participation in the labor market for men and women they are heterogeneous among the regions of the country, due to the regional disparities in Brazil. For this, the Probit model was used, which allows the analysis of the probability of an individual being inserted in the labor market, taking into account individual, productive and regional characteristics. Finally, the Fairlie decomposition was used, which makes it possible to analyze whether the observable characteristics of individuals contribute to increase or reduce the chances of participation in the formal urban labor market. In all cases, men are more likely to enter the labor market than women. Still, it is important to highlight the impact of schooling on the likelihood of women entering the formal job market, as it is one of the variables that most contributes to reducing the participation gap between the sexes. Regarding the decomposition, the results showed that men and women in the South are more likely to participate in the labor market than other regions in the country. Still, the biggest differential of participation between the sexes occurs in the North and Northeast regions. As for the total explained, the variables contributed to a greater degree to explain the difference in participation in the Southeast and Midwest regions. As for the contribution of the variables to the total explained of the difference in participation between women and men in the labor market, the fact of being married and the position at home showed a higher percentage in reducing the difference in participation between men and women in the North, the experience of the individual and higher level of education in the Northeast region, and per capita household income in the South region, in relation to the other regions. Finally, it is evident that participation between men and women takes place differently, to the advantage of men, depending on several factors, such as individual, productive and regional characteristics. Given this, it is necessary to stimulate the systems of formulation, implementation and evaluation of public policies aimed at the labor market in general and, a priori, for social inclusion, allowing women to be absent from the domestic



environment. A first step would be to allocate government investments in the construction and maintenance of daycare centers and schools full time, as well as the valorization of paid and unpaid domestic work. Measures like these would tend to reduce the difficulties of Brazilian women, particularly those with low levels of education and income, in participating in the labor market, also contributing to the generation of income for the family.

Keywords: Participation. Job market. Differential. Woman. Probit. Fairlie Decomposition.

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Descrição das variáveis .....	27
Tabela 2 - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo <i>Probit</i> , por gênero, para as regiões brasileiras no ano de 2015. ....	32
Tabela 3 - Probabilidades de participação no mercado de trabalho para as regiões Norte e Nordeste - 2015. ....	34
Tabela 4 - Probabilidades de participação no mercado de trabalho para as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste – 2015. ....	36
Tabela 5 - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho, segundo as regiões - 2015. ....	41
Tabela 6 - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho para o grupo feminino, segundo as regiões para o ano de 2015 .....	52
Tabela 7 - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho para o grupo masculino, segundo as regiões para o ano de 2015 .....	53
Tabela 8 - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho, segundo as regiões para o ano de 2015 – Ordem Reversa .....	54

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	11
1.1 Considerações iniciais.....	11
1.2 Objetivos.....	14
1.2.1 Objetivo geral .....	14
1.2.2 Objetivos específicos .....	14
2. REFERENCIAL TEÓRICO .....	15
3. REVISÃO DE LITERATURA.....	19
3.1 A divisão sexual do trabalho.....	19
3.2 Gênero e participação no mercado de trabalho .....	22
4. METODOLOGIA .....	25
4.1 Fonte e tratamento de dados .....	25
4.2 Modelo <i>Probit</i> .....	25
4.3 Decomposição para modelos não-lineares: a Decomposição de Fairlie .....	28
5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	31
5.1 O perfil dos trabalhadores e do mercado de trabalho regional brasileiro.....	31
5.2 Participação no mercado de trabalho formal urbano no ano de 2015 .....	34
5.3 Diferencial de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal.....	39
6. CONCLUSÃO .....	45
REFERÊNCIAS.....	47
ANEXOS .....	51
ANEXO A – DECOMPOSIÇÃO DE FAIRLIE PARA HOMENS, MULHERES E ORDEM REVERSA .....	52

## 1. INTRODUÇÃO

### 1.1 Considerações iniciais

Vários são os obstáculos enfrentados pelas mulheres no mercado de trabalho, com destaque para a desigualdade entre homens e mulheres, que reflete em salários menores e cargos de menor prestígio, além de questões relacionadas à divisão sexual do trabalho.

Nos anos finais do século XX, o país passou por significativas mudanças demográficas, culturais e sociais – como a redução da taxa de fecundidade, redução no tamanho das famílias e aumento da expectativa das mulheres em comparação aos homens – além de mudanças culturais no que tange ao papel social da mulher (BRUSCHINI et al., 2011). Segundo Nascimento e Villas Bôas (2016), o trabalho remunerado, fora do ambiente doméstico, definiu-se como mais uma função na vida da mulher, que tradicionalmente já trazia consigo a figura de mãe e de cuidadora do lar.

Conforme apontado por Biroli (2016), apesar de todas as mudanças ocorridas nas últimas décadas, a mulher ainda é a principal responsável pela realização dos afazeres domésticos, pelo cuidado dos filhos e auferir rendimentos médios menores em relação aos homens. Essa tendência é mantida mesmo quando, como é o caso do Brasil, a mulher possui maior escolaridade em comparação ao homem e são a maioria entre os indivíduos que concluem o ensino superior. Maiores níveis de instrução e as mudanças no padrão ocupacional não foram suficientes para transpor as desigualdades de gênero (ARAÚJO E LOMBARDI, 2013; BIROLI, 2016). Ainda assim, é possível notar que o hiato na taxa de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho vem se reduzindo ao longo dos anos, embora permaneça tendo atingido o valor de 22,4% em 2015 (IBGE/PNAD, 2015).

Alguns fatores que explicam esta mudança na taxa de participação estão relacionados à própria expansão do mundo do trabalho; as transformações culturais que direcionam as mulheres aos mais diversos postos de trabalho; à maior escolarização das mulheres; e à redução da taxa de fecundidade, entre outros. Apesar do crescimento contínuo, a proporção de mulheres trabalhando ou à procura de trabalho no Brasil ainda é bastante inferior à dos homens, que tem se mantido estável nas últimas décadas. (FOUTOURA e GONZALEZ, 2009). Ainda assim, essas mudanças constituem importantes avanços para a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro,

sendo importante o reconhecimento da problemática por parte dos gestores de políticas públicas e da sociedade como um todo.

A desigualdade de gênero é uma grande lacuna da economia brasileira. Segundo dados da PNAD (2015), boa parte das mulheres que participam do mercado de trabalho são não-brancas (autodeclaradas pretas e pardas), ocupam a posição de cônjuge no domicílio e possuem níveis de instrução superior aos dos homens, seguem inseridas nos segmentos mais vulneráveis do mercado de trabalho.

A literatura busca cada vez mais entender a existência de desigualdades no mercado de trabalho, seja no tocante aos rendimentos ou à segmentação do trabalho e a questão dos diferenciais de participação por gênero e raça (DEDECCA, 2001; LEME e WAJNMAN, 2003; BRUSCHINI, 2007; CIRINO, 2008; ALVES et al, 2017).

Além de fatores característicos, que são essenciais para compreender o porquê certa parte da população permanece às margens do mercado de trabalho, as disparidades regionais são importantes para traçar o perfil dos trabalhadores de determinado local.

O Brasil é um país de extensa área territorial, com pluralidades étnicas, raciais e culturais, apresentando regiões com distintas condições geográficas e econômicas. Isso se refletiu, ao longo dos anos, em diferenciais marcantes de desenvolvimento, notadamente entre as regiões Norte-Nordeste comparativamente aos estados do Centro-Sul. Os trabalhos de Penna et al. (2013), Barros (2012), Gondin, Barreto e Carvalho (2007) e Andrade et al (2004) demonstram as disparidades regionais no Brasil.

Souza e Osorio (2014) destacam alguns dos fatos estilizados que vem sendo discutidos na literatura como: o caráter histórico da pobreza relativa do Nordeste (BARROS, 2012); e a convergência entre municípios no período mais recente, com maior crescimento para os municípios das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país (LAURINI, ANDRADE E PEREIRA, 2005; GONDIM, BARRETO E CARVALHO, 2007; MAGALHÃES E MIRANDA, 2009). Maia et al. (2018) ainda destaca que a região Sul possui um elevado nível de desenvolvimento socioeconômico em relação às demais regiões do país. Ainda assim, diversos estudos destacam que as regiões desenvolvidas economicamente (Sul e Sudeste) são, também, as regiões com maiores níveis de desigualdade salariais, isso decorrente da discriminação no mercado de trabalho e da diferença nas características produtivas da mão de obra (MAIA et al., 2018).

Nos últimos anos, as disparidades regionais são objeto de estudo social brasileiro e latino-americano, tendo os primeiros autores centrado suas análises nas teorias sobre desenvolvimento (SOUZA; OSORIO, 2014). A economia brasileira é bastante

heterogênea, apresenta diferenças regionais significativas em relação ao desenvolvimento socioeconômico, além de níveis diferenciados de distribuição salarial, e regulação institucional que configuram a dinâmica do mercado de trabalho nas regiões brasileiras.

Estudos sobre a questão da participação no mercado de trabalho para o Brasil e para as Grandes Regiões vêm sendo feitos, mas concentram-se em explicar a participação, segundo o gênero, com base na análise descritiva, para cargos específicos ou na análise de estática comparativa, sendo direcionados, em sua maioria, para o diferencial de rendimentos, onde é amplamente utilizada a Decomposição de Oaxaca-Blinder (CARVALHO, 2016; CIRINO e LIMA, 2017; PASSOS e GUEDES, 2018; FOUTOURA e GONZALEZ, 2009).

Em meio ao atual estado da arte da literatura sobre a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, este estudo se propôs a contribuir para o avanço da compreensão do assunto em questão ao buscar determinar as diferenças de participação por gênero, por meio da Decomposição de Fairlie para as regiões do Brasil. Em relação ao método utilizado, ele tem sido pouco explorado na literatura nacional, não havendo muitos estudos dessa natureza de caráter regional. Em relação à escolha das regiões, foi dada pela importância de se verificar se a participação no mercado de trabalho formal é influenciada pela região de residência do trabalhador, uma vez que o Brasil é um país heterogêneo, com desenvolvimento econômico regional diferente entre si.

O estudo das diferenças de participação entre homens e mulheres, deve ser explorado com profundidade, com o intuito de caracterizar a participação dos trabalhadores brasileiros e verificar quais variáveis contribuem para aumentar ou reduzir o diferencial existente ambos. Para isso, a análise será voltada para o comportamento do mercado de trabalho formal, ou seja, considerando apenas indivíduos com carteira assinada, residindo no meio urbano, com o intuito obter uma amostra mais homogênea.

Sendo assim, este estudo busca contribuir com a literatura a partir de uma visão para as Grandes Regiões brasileiras frente à relação do mercado de trabalho e do gênero, buscando responder à seguinte pergunta: quais as características de homens e mulheres explicam o diferencial de participação no mercado de trabalho por gênero? Trata-se de uma análise estática para 2015. Será considerado apenas o mercado formal, aquele onde os indivíduos possuem carteira assinada.

A participação no mundo do trabalho favorece a construção da autonomia dos indivíduos, reconhecimento social, acesso a bens de consumo e constituição de identidade pessoal. Diante disso, a inserção e acesso de forma desigual no mercado de trabalho por

parte das mulheres refletem desigualdades em outros campos e, ao mesmo tempo as realimentam (FOUTOURA e GONZALEZ, 2009). Por exemplo, as mulheres que tem difícil acesso ao mercado de trabalho, ou quando têm acesso de forma precária, dificilmente conseguirão romper as desigualdades do lar.

Enfim, este trabalho contribui para a análise do mercado de trabalho sob a ótica do diferencial de gênero, de maneira a demonstrar se há heterogeneidade entre as regiões, para que possa estimular os sistemas de formulação, implementação das políticas públicas em geral, e a priori, políticas voltadas para manutenção da mulher no mercado de trabalho como a criação de creches, tornando-as mais eficazes e eficientes.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Objetivo geral**

O objetivo geral deste trabalho foi analisar os determinantes do diferencial de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal urbano.

### **1.2.2 Objetivos específicos**

Especificamente objetivou-se:

- a) Identificar o perfil dos trabalhadores das Grandes Regiões do Brasil;
- b) Analisar a contribuição de determinadas características do trabalhador para aumentar ou reduzir as chances de homens e mulheres participarem de atividades laborais;
- c) Verificar se a participação de homens e mulheres no mercado de trabalho formal é influenciada pela região de residência do trabalhador.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

As conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo dos anos são evidentes, ainda assim, os cuidados com a família e a responsabilidade pelos afazeres domésticos permanecem, em sua maioria, realizada apenas pelo gênero feminino. Ou seja, homens e mulheres alocam seu tempo de forma distinta, necessitando assim de teorias que tentam capturar as especificidades dos indivíduos a serem analisados.

Sendo assim, para os homens, o modelo neoclássico de escolha entre trabalho e lazer que tem o intuito de explicar os fatores que conduzem o indivíduo a trabalhar, e, conseqüentemente, a decidir quantas horas de trabalho ofertar (BORJAS, 1996) é suficiente para a análise da inserção dos mesmos no mercado de trabalho. Entretanto, Cirino (2008) menciona que para estudar a participação feminina no mercado de trabalho é interessante trabalhar com um modelo teórico que considera, além do trabalho no mercado e lazer, o trabalho doméstico como parte das decisões da mulher de alocação do seu tempo. Para isso, o modelo de produção doméstica desenvolvido por Becker (1965) e mais tarde adaptado por Gronau (1977) é o mais adequado. Inicialmente, na abordagem proposta por Becker, o trabalho no lar e o lazer não eram distintos, servindo de barreira à uma observação detalhada sobre a alocação do tempo dos agentes, especialmente no caso das mulheres. A partir daí, Gronau (1977) sugeriu uma remodelação da teoria da alocação do tempo baseada no modelo de Becker (1965), ficando conhecida como “modelo neoclássico de produção doméstica”. Esse modelo, conhecido também como modelo Becker-Gronau, favoreceu a análise da participação feminina no mercado de trabalho, uma vez que evidencia de maneira explícita a decisão da mulher em alocar o seu tempo não gasto em trabalho no mercado entre afazeres domésticos e lazer (CIRINO, 2008).

Para o modelo de produção doméstica, não só o consumo, como também a produção acontece no domicílio, uma vez que diversos bens consumidos pela família são ou podem ser produzidos no lar. Dessa maneira, quando não está realizando atividades econômicas, a mulher pode se dedicar mais na produção de bens que tragam mais satisfação para a família, como a preparação de alimentos, organização e limpeza do lar e cuidados com a família, do que em consumo de lazer.

Nessa perspectiva, o modelo de produção doméstica considera as famílias tanto como unidades consumidoras como produtoras. Na verdade, as pessoas que compõem as famílias combinam tempo e bens de mercado por meio de uma função de produção,



visando adquirir o máximo possível de *commodities*, do qual consumo gera utilidade para a família.

Fundamentalmente, com o intuito de introduzir a decisão da participação da mulher no mercado de trabalho no âmbito da teoria da produção domiciliar, é considerado que, por meio de suas escolhas individuais, ela procura maximizar a seguinte função de utilidade domiciliar:

$$U = U(Z) \tag{1}$$

em que  $Z$  representa um conjunto de *commodities* que geram satisfação para a unidade do lar, como organização do domicílio, limpeza das roupas e do lar, entre outras, além do consumo e lazer. O conjunto  $Z$  é, assim, uma combinação de bens e serviços ( $X$ ) e tempo de lazer ( $L$ ), conforme segue:

$$Z = Z(X, L) \tag{2}$$

Os bens e serviços são adquiridos no mercado ou podem ser produzidos em casa, e sua composição não modifica  $Z$ . O consumo total desses bens pode ser demonstrado pela expressão a seguir:

$$X = X_m + X_h \tag{3}$$

em que  $X_m$  representa os dispêndios com os bens de mercado e  $X_h$ , a medida do valor dos bens e serviços produzidos em casa, em termos de seus equivalentes de mercado. Os bens domésticos são produzidos de acordo com o emprego de trabalho em casa ( $H$ ), conforme:

$$X_H = f(H) \tag{4}$$

A expressão (4) representa a função de produção doméstica sujeita à produtividade marginal ( $f'$ ) decrescente, decorrente da fadiga no trabalho doméstico, ou seja, ao aumentar as horas trabalhadas em casa, aumenta a sobrecarga de afazeres do agente e, em resposta, a produtividade e a quantidade produzida de  $X_H$  se reduz.

O agente tem por objetivo dentro do modelo maximizar  $Z$ , alcançando, assim, a maior utilidade possível para a família. Entretanto, o objetivo está sujeito a duas restrições, uma diz respeito ao orçamento e a outra ao tempo disponível, sendo representadas, respectivamente, pelas equações (5) e (6):

$$X_M = WN + V \quad (5)$$

$$L + H + N = T \quad (6)$$

em que  $W$  é a taxa salarial da mulher, considerada como constante;  $N$ , horas alocadas em atividades econômicas;  $V$ , renda advinda de outras fontes, que não aquela obtida a partir de  $N$ , podendo, inclusive, incorporar a renda oriunda de outros membros do domicílio; e  $T$ , tempo disponível da mulher para ser distribuído entre lazer ( $L$ ), trabalho no mercado ( $N$ ) e afazeres domésticos ( $H$ ).

A partir daí, a mulher possui o problema de maximização de (2) condicionada a (5) e (6), expressa pela seguinte função lagrangeana:

$$Lg = Z[(X_M + f(H)), L] + \lambda[WN + V - X] + \mu[T - L - H - N] \quad (7)$$

onde  $X$  foi substituído por (3) e  $X_H$ , por (4).

Assumindo que a mulher participe do mercado de trabalho, as condições de primeira ordem levam a seguinte igualdade:

$$\frac{\partial Z/\partial L}{\partial Z/\partial X} = W^* = f' = W/P \quad (8)$$

A expressão (8) denota que, para um ótimo interior, a taxa marginal de substituição entre bens e lazer, a qual representa o valor de  $L$  para a mulher – o preço-sombra do tempo ( $W^*$ ) - deve ser igual à produtividade do trabalho doméstico e à taxa de salário real. Cirino (2008) destaca sobre esta última que ela representa a capacidade individual da mulher em adquirir bens de mercado, ou seja,  $W/P$  - sendo  $W$  o valor nominal do salário e  $P$ , o nível geral dos preços dos bens. De maneira clara, o salário real representa a quantidade de bens de mercado que pode ser adquirida caso a mulher destine 1h a mais do seu tempo disponível no mercado de trabalho

Em síntese, a regra de participação feminina no mercado de trabalho com base no modelo de produção doméstica é a seguinte: a mulher estará na força de trabalho sempre que a sua taxa de salário real – produtividade marginal em termos de possibilidade de consumo de bens de mercado – exceder, em dado momento, tanto a produtividade marginal do trabalho doméstico quanto o salário de reserva de tal agente – quanto que este exige de remuneração adicional para privar-se de uma hora de lazer quando não está trabalhando (CIRINO, 2008). Assim, variáveis que aumentam  $W/P$  elevam as chances de a mulher participar do mercado de trabalho, ocorrendo o inverso para  $f'$  e  $W^*$  (MOREIRA e CIRINO, 2012).

Enfim, a maior produtividade feminina nos afazeres domésticos e cuidados com a família implicam um processo de escolha em que as mulheres ofertam menos trabalho remunerado (PASSOS e GUEDES, 2018), ou até mesmo aceitam uma remuneração mais baixa, dificultando ainda mais a inserção da mulher em atividades econômicas. Por isso, é necessário um modelo teórico que engloba as atividades domésticas na alocação do tempo das mulheres.

### 3. REVISÃO DE LITERATURA

#### 3.1 A divisão sexual do trabalho

Não considerar os afazeres domésticos como trabalho, por muito tempo, deixou invisível as diferenças assimétricas e de poder entre homens e mulheres. Hirata e Kergoat (2007) mencionam que desde que o trabalho doméstico foi incluso como atividade de trabalho, tanto como o trabalho profissional, permitiu se pensar em termos de “divisão sexual do trabalho” (HIRATA, 2010). Sendo assim, ao analisar as questões de gênero no mercado de trabalho é de fundamental importância levar em consideração alguns aspectos da divisão sexual do trabalho, conceito que, segundo Guiginski e Wajnman (2019), inclui tanto o trabalho remunerado, denominado por também por trabalho produtivo, quanto atividades não remuneradas que são realizadas no âmbito do lar, o trabalho reprodutivo.

A divisão sexual do trabalho está associada às relações de poder desigual entre homens e mulheres e, para Kergoat (2003), é a forma de divisão social do trabalho advinda das relações sociais entre os sexos, adaptadas historicamente e em cada sociedade, onde os homens são prioritariamente designados à esfera produtiva e as mulheres à esfera reprodutiva. Segundo a autora, a divisão sexual do trabalho possui um papel crucial para a sobrevivência da relação entre os sexos. Ainda, é conveniente destacar que essas duas esferas não são dicotômicas e agem de maneira articulada para a sustentação do modelo econômico capitalista (CARLOTO e GOMES, 2011).

Segundo Kon (2005, p.2), a divisão do trabalho entre os sexos inicia-se na família, “pois desde a economia predominantemente rural ou pré-industrial, homem e mulher desempenhavam dentro da família papéis relevantes distintos enquanto produtores de bens e serviços à sociedade”. Mesmo que a atividade na produção se desse na mesma medida – qualitativamente diferentes -, a mulher sempre estava associada às atividades domésticas, ficando a cargo da reprodução da força de trabalho, seja por meio das tarefas de cuidados ou pela procriação (KON, 2005, p.2).

A atividade econômica da mulher tem se originado de sua função prioritária de reprodução da força de trabalho, desde que a teoria econômica veio se delineando. Desta função se originam as diferentes formas que tem assumido a subordinação feminina, em distintas sociedades. Desse modo, a participação da mulher na produção, a natureza de seu trabalho e a divisão do trabalho entre os sexos são considerados resultados de suas atividades de reprodução, resultado este condicionado também pela natureza dos

processos produtivos e pelas exigências de um determinado sistema de crescimento e acumulação que se transforma com o tempo.

As capacidades sociais das mulheres formaram suas estruturas através da imagem materna e conjugal, assim como o trabalho feminino foi atrelado à esfera doméstica, à família e a produção dos cuidados; práticas que, na maioria das vezes, são inferiorizadas perante à construção da sociedade e, por isso, são inviabilizadas enquanto atividades de relevância econômica. Vale destacar a importância dessas funções, entretanto o fato é que se tornou um papel feminino, no qual a mulher, naturalmente, possui uma habilidade movida pelo afeto e pelo amor, por isso não pode ser considerado trabalho ou atividade fundamental à economia, uma vez que é alto quase “instintivo”. Nessa perspectiva, constrói-se a imagem do trabalho doméstico, desenvolvido regularmente pelas mulheres.

A relação da mulher com o mercado de trabalho, bem como as transformações de ordem econômica, social e cultural ocorridas no Brasil e nos demais países, trouxeram à tona novas configurações tanto na divisão sexual do trabalho como na condição de vida dos trabalhadores.

É importante destacar que o cenário do mercado de trabalho nas décadas de 80 e 90 tem um importante papel na discussão da participação das mulheres no mercado de trabalho. Em decorrência da reestruturação produtiva, os trabalhadores foram pressionados pelo desemprego, pela terceirização e pela flexibilização dos direitos trabalhistas. Ainda assim, o impacto se deu de maneira distinta para homens e mulheres, fruto de uma nova organização nos limites da divisão sexual do trabalho. Ou seja, mesmo com a precarização do trabalho de modo geral, para as mulheres, este transcurso significou um efeito maior para o trabalho informal, instável e precário, tanto por aspectos de ordem simbólica – referente ao lar e à reprodução, enquanto espaço “natural” – quanto os de caráter material, devido à desqualificação das mulheres frente ao novo modelo de acumulação exigente. Em consequência disso, as mulheres foram assumindo, em sua maioria, os postos de trabalho relacionados com o setor de serviços e com os trabalhos desempenhados em casa, expressos majoritariamente pela precariedade e insegurança do trabalho (GOMES e CARLOTO, 2010).

A inserção da mulher no mercado de trabalho não equilibra as funções atribuídas aos sexos, pelo contrário, fortalece as desvantagens vividas por elas, onde auxiliam no provimento do lar juntamente com a responsabilidade reprodutiva e do lar (SOUSA E GUEDES, 2016). De acordo com os autores, a partir de estatísticas descritivas sobre a divisão sexual do trabalho no Brasil e entre suas regiões, com base nas PNADs de 2004

e 2014, para a participação no mercado de trabalho, nos afazeres domésticos e as horas trabalhadas, os resultados revelam que a divisão sexual do trabalho é desigual e desfavorável para a mulher brasileira, não apresentando muita heterogeneidade entre as regiões.

As chances de sucesso nas carreiras escolhidas pelas mulheres são associadas a diversos fatores, estes que estão fortemente relacionados a valores culturais mantidos pelo tradicional modelo familiar (LEONE; KREIN; TEIXEIRA, 2017). Segundo as autoras, de origem social, essa situação acarreta na discriminação e segregação, sendo uma barreira difícil de ultrapassar.

Barbosa (2019) ao analisar o uso do tempo entre lazer, trabalho remunerado e afazeres domésticos, segundo o gênero, entre os anos de 2001 a 2015 para o Brasil, constatou que homens dedicam mais horas ao lazer, ainda que esse tempo tenha se elevado entre as mulheres, ao mesmo passo que os resultados apontaram uma redução no tempo dedicado delas aos afazeres domésticos, ao longo do tempo. Já Medeiros e Pinheiro (2018), ao analisar a relação entre tempo destinado ao trabalho pago e não pago e a desigualdade de gênero, com base na PNAD de 2013, concluiu que a mulher possui uma carga total de trabalho superior, onde a maioria dos homens não realizava afazeres domésticos regulares, evidenciando o que se entende sobre trabalhar ou não.

Barros e Mourão (2018) trazem dados sobre a participação feminina no ensino superior, pós-graduação e no mercado de trabalho. Os resultados indicam que, quando observados cargos predominantemente ocupados por homens, o salário da mulher é menor. Ainda que a inserção delas vêm aumentando nessas áreas, os homens não assumiram proporcionalmente a responsabilidade do cuidado do lar e da família, sobrecarregando as mulheres que optam em se inserirem no mercado de trabalho.

Sousa e Guedes (2016) analisaram a divisão sexual do trabalho nas regiões brasileiras com base na PNAD de 2004 e de 2014. Os resultados apontam que apesar do crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o avanço não foi capaz de promover a divisão sexual do trabalho de maneira igual no Brasil. Segundo os autores, ainda é presente a condição do homem destinado ao espaço produtivo, mesmo apresentando maior participação em atividades domésticas, e da mulher em maior grau no mercado de trabalho, mas sem redução nas elevadas jornadas dedicadas aos afazeres domésticos e cuidados família.

Por fim, pode-se entender que a qualidade de acesso e os diferenciais de participação no mercado de trabalho entre indivíduos do sexo masculino e feminino estão relacionados

ao ambiente privado e exprime os conflitos entre as atividades produtivas e reprodutivas (GOLDSCHIEDER; BERNHARDT; LAPPEGARD, 2015; GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019). Assim, mesmo com a crescente inserção feminina em atividades laborais nas últimas décadas, não é notável “avanços significativos no processo de redefinição das relações de gênero no âmbito das responsabilidades domésticas” (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019).

### **3.2 Gênero e participação no mercado de trabalho**

O Brasil é um país heterogêneo onde é possível notar a presença de grupos socialmente favorecidos em relação aos demais (MAIA et al., 2018). Da mesma maneira, o mercado de trabalho é marcado por desigualdades, com destaque para a questão do gênero.

Para Bruschini et al. (2011), nos anos finais do século XX, o país passou por significativas mudanças demográficas, culturais e sociais – como a redução da taxa de fecundidade, redução no tamanho das famílias e aumento da expectativa de vida das mulheres em comparação aos homens – além de mudanças culturais no que tange ao papel social da mulher. Ou seja, a expansão do acesso ao ensino possibilitou a participação das mulheres a novas oportunidades de trabalho, direcionando-as cada vez mais para o trabalho remunerado.

As transformações econômicas e culturais ocorridas durante o período de 1990 a 2000 no Brasil trouxeram à tona dois aspectos importantes no mercado de trabalho: o crescimento da participação da mulher nos empregos formais e o aumento do salário médio feminino (FREISLEBEN e BEZERRA, 2012). Entretanto, diversos estudos sobre gênero e mercado de trabalho, como em Scorzafave e Menezes-Filho (2005), Menezes, Fernandes e Dedecca (2005), Cirino (2018) e Guiginski e Wajnman (2019), destacam algumas variáveis relacionadas a características pessoais, familiares e a regiões que impactam nas chances de participação de homens e mulheres mercado de trabalho.

Um dos principais determinantes da participação feminina no mercado de trabalho é, segundo Leone, Krein e Teixeira (2017), aumento dos anos de estudo das mulheres, onde elas alcançam níveis mais elevados de escolaridade e ultrapassam o percentual de homens com ensino superior. Diante disso, as mulheres buscam maiores níveis de instrução, onde, de acordo com o IBGE (2015), a partir dos 11 anos de estudo, elas são a maioria. Assim, quanto mais elevada a escolaridade da mulher maior a probabilidade de ingresso no

mercado de trabalho (CRUZ; NATICCHIONI, 2012). A exemplo, Lima et al. (2017) analisou os determinantes de inserção no mercado de trabalho formal das mulheres, para cada região brasileira, onde traçou-se o perfil feminino em atividades laborais: com idade entre 25 e 35 anos, elas são moradoras do Norte, Sul e Sudeste, cuja escolaridade compreende de 9 a 12 anos de estudo.

Silva e Oliveira (2014) destacam que as tarefas do lar e o cuidado dos filhos sobrecarregam as mulheres, pelo fato de não serem compartilhados, seja com o companheiro ou com os demais membros da família. Dessa forma, a maternidade se configura como um desafio para as mulheres que atuam ou queiram atuar em ocupações mais valorizadas, pois provavelmente seria uma das explicações que limitam a ascensão profissional, pois o cuidado dos filhos necessidade de restrições de horários, além da licença à maternidade ampliar o custo laboral para as empresas. Nesse cenário, Carvalho (2016) conclui que as diferenças na contratação da força de trabalho feminina e o acúmulo de tarefas, domésticas e sociais tipicamente do sistema familiar patriarcal e funções maternas, compõem as razões que afetam as mulheres, principalmente as executivas. Alguns estudos demonstram que, ao comparar mulheres com e sem filhos, as mães, na maioria dos casos, recebem salários menores (KUHIRT; LUDWIG, 2012; GOUGH; NOONAN, 2019, GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019).

Guiginski e Wajnman (2019) analisam o impacto da presença e do número de filhos sobre a participação e a qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres brasileiras, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego para seis regiões metropolitanas. De acordo com os resultados, a presença de filhos, principalmente em idade pré-escolar, impacta significativamente a condição de inserção das mulheres no mercado de trabalho, reduzindo as chances de inserção e aumentando a probabilidade de trabalho precário. Quando é observado o mesmo para os homens, muitas das vezes a presença de filhos é não significativa.

No tocante à cor do indivíduo, Cirino (2008) menciona a importância em incluir na análise variável de raça, pois ainda existe discriminação no mercado de trabalho, e além de ter um rendimento menor, os negros são a maioria entre os desempregados (BEZERRA, 2012; SOUZA et al., 2015; ALVES et al., 2017). Conforme apontado por Machado, Oliveira e Antigo (2008), no período de 1987 a 2001, 60% do diferencial de rendimento entre homens brancos e homens negros pode ser explicado pela discriminação racial, já entre as mulheres brancas e mulheres negras, esse diferencial é de, aproximadamente, 90%. Em um estudo que mostra a desigualdade de gênero e raça em



20 anos, é possível observar que o diferencial de renda entre brancos e não brancos poderia estar relacionado à diferença na escolaridade entre raça. Ainda, no período de 1995 e 2015, os indivíduos negros com 12 anos ou mais de estudo passou de 3,3% para 12%, já para os brancos o percentual quase dobrou, saindo de 12,5% para 25,9% (PNAD, 2016).

Guiginski e Wajnman (2019) denotam que o fato de ser casado afeta de maneira diferente o indivíduo, onde a mulher sempre está atrelada à realização dos afazeres domésticos. Em Wajnman (2012), uma hora adicional de trabalho remunerado reduz a média de horas semanais de trabalho no lar, em contrapartida, para seus cônjuges, a jornada de trabalho doméstico parece não depender da atividade laboral de suas esposas.

Vale a pena destacar também a posição do indivíduo no domicílio, onde, segundo Montali (2004) e Guiginski e Wajnman (2019), a responsabilidade pelas tarefas do lar acabam impactando de maneira negativa a vida das mulheres. Mesmo na posição de provedora do lar, as horas dedicadas aos afazeres domésticos por parte das mulheres é significativamente maior em relação aos seus parceiros, indicando a permanência do papel tradicional da divisão sexual do trabalho apesar do avanço das mulheres no mercado de trabalho. Ainda, Montali e Lima (2018) observam o aumento da participação feminina na posição de cônjuge entre os ocupados da família. Apesar disso, a mulher-chefe de família mantém sua elevada participação entre os ocupados, juntamente com filhos e parentes, sendo a principal responsável pelo sustento da família.

## **4. METODOLOGIA**

### **4.1 Fonte e tratamento de dados**

A fonte de dados deste estudo foram os microdados da PNAD para o ano de 2015. A justificativa para a escolha do ano é a de que, a PNAD, até o ano de 2015, era uma pesquisa realizada anualmente, exceto nos anos de Censo, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com o intuito de gerar informações básicas para estudos relacionados ao desenvolvimento socioeconômico do país. Em 2016, a PNAD foi substituída, com metodologia atualizada, pela PNAD Contínua, que permite uma cobertura territorial mais abrangente e disponibiliza informações conjunturais trimestrais sobre a força de trabalho em âmbito nacional (IBGE, 2019).

Ainda, a amostra a ser utilizada neste estudo foi construída por homens e mulheres com faixa etária entre 16 e 65 anos, idade mais provável para indivíduos estarem no mercado de trabalho formal, conforme sugerido por Machado, Oliveira e Antigo (2008). As pessoas com idade superior ou inferior ao intervalo e foram excluídas da amostra, pois são idades mínimas para trabalho e aposentadoria, de acordo com a legislação brasileira do período (CIRINO e LIMA, 2011).

Por fim, a variável de experiência foi construída com base na subtração da idade do indivíduo, dos anos de estudo e do número 6. Tal variável foi construída com base na definição de Mincer (1974). Segundo o autor, a experiência é adquirida admitindo-se que todos os trabalhadores iniciem seus estudos aos 6 anos de idade, onde é considerado que nenhum tempo é perdido fora da escola ou do mercado de trabalho.

### **4.2 Modelo *Probit***

Com o intuito de averiguar os determinantes da inserção feminina e masculina no mercado de trabalho, utilizou-se um modelo econométrico, para avaliar de que maneira e em que grau as características pessoais, familiares, domiciliares e regionais atuam sobre a probabilidade de participação destes em atividades laborais. De acordo com Wooldridge (2002), sendo a variável dependente binária neste estudo, será utilizado o modelo *Probit*, que estima a probabilidade de participação com base na distribuição normal padrão acumulada.

A escolha do modelo *Probit* parte do princípio da existência de propriedades mais consistentes e eficientes de estimação, como por exemplo, a garantia de que a probabilidade de ocorrência de um evento esteja num intervalo entre zero e um, bem como da relação não linear entre as variáveis explicativas e a probabilidade estimada da variável dependente (WOOLDRIDGE, 2002).

O *Probit* é um modelo estatístico não linear nos parâmetros que pode ser definido como um modelo de variável latente que relaciona a probabilidade de ocorrência de um determinado evento a variáveis explicativas, de forma que a probabilidade permaneça entre 0 e 1. Nesse caso, a variável dependente assume valor 1 se o indivíduo faz parte do mercado de trabalho formal e 0 caso contrário. A equação (1) a seguir apresenta o modelo a ser estimado para o ano de 2015, em um primeiro momento para homens e, posteriormente para mulheres:

$$\begin{aligned}
 Y_i = & \beta_0 + \beta_1 \text{rendDom\_pci} + \beta_2 \text{exp}_i + \beta_3 \text{cor}_i + \beta_4 E_{1i} + \beta_5 E_{2i} + \beta_6 E_{3i} + \beta_7 E_{4i} \\
 & + \beta_8 PO_{1i} + \beta_9 PO_{2i} + \beta_{10} PO_{3i} + \beta_{11} \text{crianca\_fam}_i + \beta_{12} RM_i \\
 & + \beta_{13} \text{exp\_2}_i + \mu_i
 \end{aligned}
 \tag{1}$$

os  $\beta_j$  ( $j = 1, 2, 3, \dots, n$ ) são os parâmetros estimados do modelo e  $\mu$  é o termo de erro aleatório com médio 0 e variância  $\sigma^2_{\mu}$ . A descrição das variáveis pode ser observada na Tabela 1.

**Tabela 1** - Descrição das variáveis

NOME	DADO	VARIÁVEL
Trabalho formal	Indivíduo que possui carteira assinada	Y: variável binária que assume valor 1 se o indivíduo se encontra no mercado de trabalho formal e, 0 caso contrário.
Renda domiciliar per capita	Rendimento domiciliar per capita de todas as fontes, exclusive aquela advinda do trabalho do indivíduo	rendDom_pc
Cor	Cor do indivíduo	Cor: variável binária que assume valor 1 se o indivíduo é branco e, 0 não branco.
Escolaridade	Anos de estudo do indivíduo	E0: grupo-base formado por indivíduos sem instrução; E1: indivíduos com 1 a 4 anos de estudo; E2: indivíduos com 5 a 8 anos de estudo; E3: indivíduos com 9 a 11 anos de estudo; E4: indivíduos com mais de 11 anos de estudo
Posição no domicílio	Posição do indivíduo no domicílio	P0: grupo-base formado pelo chefe ou pessoa de referência; P1: formado pelos cônjuges; P2: formado pelos filhos; P3: formado pelos indivíduos nas demais posições
Criança pequena	Se no domicílio possui criança menor de 14 anos	crianca_fam: variável binária que assume valor 1 se há filhos menores de 14 anos no domicílio e, 0 caso contrário.
Região Metropolitana	Situação censitária	RM: variável binária que assume valor 1 se o indivíduo reside em Região Metropolitana e, 0 caso contrário.
Experiência	Criada a partir subtração da idade do indivíduo, dos anos de estudo e do número 6 (MINCER, 1974).	Exp
Experiência ao quadrado	Experiência ao quadrado	Exp <sup>2</sup>

Fonte: Elaboração própria.

Para a utilização desses dados, é necessário levar em consideração que a PNAD se define como um plano amostral complexo, tendo em vista que essas pesquisas apresentam atributos como a estratificação, conglomeração, diferentes probabilidades de seleção e ajuste de pesos, de tal forma que, segundo Cirino (2008), ignorar tal complexidade resultaria em estimativas viesadas.

#### **4.3 Decomposição para modelos não-lineares: a Decomposição de Fairlie<sup>1</sup>**

Identificar os determinantes das diferenças de gênero no mercado de trabalho tem sido bastante explorado no meio acadêmico. A técnica mais utilizada para isso é uma regressão linear padrão, conhecida como decomposição de Oaxaca-Blinder, desenvolvida por Blinder (1973) e Oaxaca (1973), que decompõe as diferenças entre grupos diferentes em duas parcelas: o que se atribui à características observáveis, ou seja, mudanças nas dotações entre os grupos, e o que é relacionado à características não observáveis, ou seja, mudanças nos coeficientes estimados. Todavia, conforme Fairlie (2006), o procedimento não pode ser utilizado diretamente se o resultado for binário, como no caso do presente estudo, participar ou não do mercado de trabalho formal, ou seja, se os coeficientes são de um modelo Logit ou *Probit*.

Com o intuito de explicar a contribuição de determinadas variáveis para o hiato na participação no mercado de trabalho formal, segundo o gênero, será utilizado um método capaz de captar a decomposição não linear do diferencial de acesso. Esta técnica se originou de um estudo realizado por Fairlie (1999), que tentava explicar as causas das diferenças nas taxas de desemprego, segundo a raça do indivíduo, e mais tarde aprimorada em Fairlie (2006). A decomposição de Fairlie evidencia a contribuição das diferentes variáveis - como características pessoais, familiares e regionais -, na explicação das diferenças médias de probabilidade de um evento ocorrer. Sendo assim, esta técnica será útil para identificar as razões das diferenças de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro.

A partir do método original de Fairlie (1999), a estimação de uma decomposição para modelos não lineares pode ser escrita como em (2):

---

<sup>1</sup> Esta seção é fortemente baseada no artigo seminal de Fairlie (2006).

$$\bar{Y}^m - \bar{Y}^f = \left[ \sum_{i=1}^{N_m} \frac{F\left(X_i^m \hat{\beta}^m\right)}{N^m} - \sum_{i=1}^{N_f} \frac{F\left(X_i^f \hat{\beta}^m\right)}{N^f} \right] + \left[ \sum_{i=1}^{N_f} \frac{F\left(X_i^f \hat{\beta}^m\right)}{N^f} - \sum_{i=1}^{N_m} \frac{F\left(X_i^m \hat{\beta}^f\right)}{N^m} \right] \quad (2)$$

onde  $\bar{Y}^m$  e  $\bar{Y}^f$  são a probabilidade média de indivíduos do gênero masculino e feminino acessarem o mercado de trabalho. A decomposição da diferença dessa probabilidade é determinada por distribuições normais descritas pelas funções  $F(\cdot)$ . O tamanho da amostra é representado por  $N_j$ . As características dos indivíduos são representadas, respectivamente, por  $X^m$  e  $X^f$ . O modelo da equação (2) gerará, no caso deste estudo, o modelo de coeficientes para pessoas do gênero masculino.

O primeiro termo em parênteses, da equação (2), representa a parte do diferencial de gênero na participação no mercado de trabalho que se deve às diferenças entre os grupos masculino e feminino, com respeito às variáveis utilizadas - em distribuições de  $X$ . Segundo Santos et al. (2010), a contribuição conjunta das variáveis independentes do modelo de probabilidade depende do cálculo do conjunto de duas probabilidades preditas e da diferença entre as médias desses dois valores.

O segundo termo entre parênteses corresponde à parte que é responsável pelas diferenças nos processos de grupos que determinam níveis de  $Y$ , capturando também diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho advindas de variáveis não observadas. Esse segundo termo indicaria o diferencial de inserção no mercado formal e parte desse diferencial poderia ser proveniente de uma possível discriminação, por exemplo uma provável variável não observada na equação (1).

Outra expressão igualmente válida é apresentada pela seguinte equação (3).

$$\bar{Y}^m - \bar{Y}^f = \left[ \sum_{i=1}^{N_m} \frac{F\left(X_i^m \hat{\beta}^f\right)}{N^m} - \sum_{i=1}^{N_f} \frac{F\left(X_i^f \hat{\beta}^f\right)}{N^f} \right] + \left[ \sum_{i=1}^{N_m} \frac{F\left(X_i^m \hat{\beta}^m\right)}{N^m} - \sum_{i=1}^{N_m} \frac{F\left(X_i^m \hat{\beta}^f\right)}{N^m} \right] \quad (3)$$

A equação acima é pode ser definida como modelo de coeficientes para indivíduos do gênero feminino. Partindo do lado direito da igualdade, o primeiro termo em colchetes usa como pesos os coeficientes estimados do modelo *Probit* com a amostra de indivíduos do gênero feminino. Já o segundo termo em colchetes, apresenta como pesos os coeficientes estimados pelo *Probit* com amostra de indivíduos do sexo masculino.

Das equações (2) e (3), o lado direito da igualdade, está associado a diferenciação total da contribuição de mulheres e homens, que considerando todas as variáveis (observáveis ou não), para aumentar ou reduzir a participação dos indivíduos no mercado de trabalho. Segundo Fairlie (2006), as contribuições individuais poderiam ser calcular ao assumir que  $N^m = N^f$  e que há relação de inserção no mercado de trabalho de um pra um entre homens e mulheres. Isto posto, utiliza-se um modelo *Probit* para uma amostra conjunta *Pooled* para indivíduos femininos e masculinos, sendo possível observar a contribuição das variáveis para reduzir ou aumentar o diferencial de participação no mercado de trabalho.

## **5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Nesta seção será abordada as estatísticas descritivas das variáveis utilizadas no estudo, a fim de entender a dinâmica do mercado de trabalho e a características dos indivíduos das regiões analisadas. Posteriormente, são apresentadas as probabilidades de participação no mercado de trabalho que servirão de apoio para a compreensão das estimativas encontradas na Decomposição de Fairlie, encerrando a discussão dos resultados.

### **5.1 O perfil dos trabalhadores e do mercado de trabalho regional brasileiro**

A seguir serão apresentadas as estatísticas descritivas da amostra utilizada para a análise do mercado de trabalho brasileiro no ano de 2015. Na Tabela 1, é possível observar a média das variáveis, segundo o gênero para as regiões brasileiras. São levados em consideração trabalhadores na faixa etária entre 16 e 65 anos, faixa de idade mais propensa de se estar ocupado. A amostra para cada região é composta da seguinte maneira: 4.646 homens e 3.634 mulheres para a região Norte, 9.437 e 7.417 homens e 7.671 e 6.491 mulheres para as regiões Nordeste e Sul, e, por fim, para as regiões Sudeste e Centro-Oeste, 15.136 e 4.561 homens e 12.602 e 3.836 mulheres, respectivamente.

A princípio, convém destacar que os homens, em todas as regiões, estão entre os mais ocupados do mercado de trabalho, sobretudo na região Sul, 88,7%. Para as mulheres, também é o Sul, 83,79%, seguida do Centro-Oeste, 78,8%. Ainda, observa-se que o percentual de homens ocupados é mais baixo no Nordeste e de mulheres é na região Norte, dentre as demais regiões.

No tocante à cor, em média, indivíduos brancos são a maioria para a região Sul, para ambos os sexos. Em contrapartida, o Norte e o Nordeste concentram a maior parcela de indivíduos não-brancos.

A posição no domicílio é também levada em consideração na análise. Para todos os casos, os homens são a maioria entre os chefes de família, e as mulheres, a maioria na posição de cônjuge, com exceção da região Nordeste, onde a mulher na posição de filho está em maior magnitude.



**Tabela 2** - Estatísticas descritivas das variáveis do modelo *Probit*, por gênero, para as regiões brasileiras no ano de 2015.

	Norte		Nordeste		Centro-Oeste		Sul		Sudeste	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
<b>Total (%)</b>	56,1	43,9	55,2	44,8	54,3	45,7	53,3	46,7	54,6	45,4
<b>Trab. Formal (%)</b>										
Participa	78,8	63,5	77,2	66,4	86,4	78,8	88,8	83,8	83,2	76,6
Não participa	21,2	36,5	22,8	33,6	13,6	21,2	11,2	16,2	16,8	23,4
<b>Cor (%)</b>										
Branco	22,6	24,8	23,8	26,8	36,8	39,9	74,2	78,1	45,8	49,1
Não Branco	77,4	75,2	76,2	73,2	63,2	60,1	25,8	21,9	54,2	50,9
<b>Posição (%)</b>										
Chefes	43,1	29,1	45,5	30,0	50,2	31,2	52,2	30,3	46,6	28,8
Cônjuges	17,2	31,1	17,1	29,0	14,9	34,7	15,0	41,2	13,6	35,4
Filhos	28,8	28,2	28,5	31,4	26,2	25,5	26,4	22,7	29,5	28,3
Outros	10,9	11,6	9,0	9,6	8,7	8,6	6,4	5,8	7,3	7,5
<b>Criança peq. (%)</b>										
Sim	49,3	49,3	45,2	46,9	45,1	45,1	43,4	46,4	40,4	44,8
Não	50,7	52,5	54,8	53,1	54,9	54,9	56,6	53,6	59,6	55,2
<b>Casado (%)</b>										
Sim	36,9	23,2	39,5	25,4	39,7	28,1	44,0	36,1	41,1	30,7
Não	63,1	76,8	60,5	74,6	60,3	71,9	56,0	63,9	58,9	69,3
<b>Anos de estudo (%)</b>										
Sem instrução	3,0	2,3	4	1,7	3,1	2,5	2,4	2,2	2,4	1,8
1 a 4 anos	7,3	4,1	9,7	5,1	8,1	5,3	7,9	6,1	8,5	5,9
5 a 8 anos	21,8	15,1	22,3	14,2	24,4	16,4	25,9	20,7	22	16,9
9 a 11 anos	53,0	53,7	49,6	53,42	44,0	44,1	43,9	43,9	46,6	48,2
mais de 11 anos	14,9	24,7	14,5	25,52	20,3	31,4	19,8	27,1	20,6	27,1
<b>Mora em RM (%)</b>										
Sim	27,7	28,7	56,4	57,4	31,4	31,1	49,1	50,8	53,6	55,3
Não	72,3	71,3	43,6	42,6	68,6	68,9	50,9	49,2	46,4	44,7
<b>Exper. (anos)</b>	17,3	15,1	18,5	16,1	18,1	16,3	19,0	17,8	20	17,5
<b>Renda pc média</b>	849,5	862,1	806,5	845,2	1264,9	1267,3	1325,1	1341,3	1256,2	1280,1

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

O Sul apresenta a maior parcela de homens-chefes, 52,2%, dentre as demais regiões. Ao observar o diferencial de homens e mulheres nessa posição, a região Norte apresenta a menor diferença entre os dois, 14%. Já em relação à mulher-cônjuge, o Nordeste compreende o menor percentual de mulheres nessa posição. Montali (2004) destaca que os chefes de família sempre são a maioria entre os ocupados, indicando assim a maior participação dos homens no mercado de trabalho frente às mulheres.

Quanto à presença de filhos menores de 14 anos, em todas as regiões o maior percentual é de domicílios sem filhos pequenos. Já o fato de ser casado, as regiões Sul e Sudeste concentram o maior nível de homens e mulheres casados.

Em termos gerais, a maior representatividade de indivíduos escolarizados está entre aqueles com 9 a 11 anos de estudo. De maneira individual, é interessante observar que as mulheres, possuem níveis mais elevados de escolaridade em relação aos homens, nas categorias de 9 a 11 anos de estudo ou mais de 11 anos de estudo (equivalente ao ensino superior) para todas as regiões analisadas. Butto, Dantas e Hora (2012) corroboram tal resultado. Di Sabatto et al. (2009) atribui o aumento na escolaridade das mulheres, de certa forma, à maior abertura do mercado de trabalho para as mesmas. Ainda, ao somar o percentual dos indivíduos sem instrução, com 1 a 4 anos e 5 a 8 anos de estudo, os homens estão entre a maioria, alcançando mais de 30%, para todas as regiões.

Observa-se ainda, que a experiência dos homens é superior à das mulheres para todas as regiões em 2015. Isso pode estar associado ao fato de que, dado que as mulheres investem mais em educação, os homens se inserem no mercado de trabalho mais cedo em relação ao gênero oposto.

Por fim, no tocante à renda domiciliar per capita, as regiões Norte e Nordeste apresentam a menor renda em relação às demais regiões. Disparidades de renda entre o norte e o sul brasileiro é reconhecida pela literatura especializada. Segundo os dados do IBGE (2016), o Maranhão apresentou a menor renda per capita média do Brasil em 2015, cerca de R\$509,00, seguida de outros estados do Norte e Nordeste. Com exceção do Distrito Federal, que apresentou a maior renda per capita, São Paulo, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais lideraram o ranking.

## 5.2 Participação no mercado de trabalho formal urbano no ano de 2015

As Tabelas 2 e 3 apresentam os resultados do modelo *Probit* estimado para explicar as probabilidades de inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro para o ano de 2015, segundo as regiões brasileiras. Observa-se que a maior parte das variáveis foram significativas, destacando a importância delas para explicar a probabilidade de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho.

Em relação à variável cor, verificou-se que, com exceção das mulheres do Nordeste e do Sul que apresentou sinal positivo e significativo, a cor do indivíduo não apresentou significância para explicar a probabilidade de estar inserido no mercado laboral. Para o restante a variável foi não significativa.

**Tabela 3** - Probabilidades de participação no mercado de trabalho para as regiões Norte e Nordeste - 2015.

VARIÁVEIS	NORTE		NORDESTE	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Cor	-0,0057 <sup>ns</sup> (0,0591)	0,0586 <sup>ns</sup> (0,0573)	-0,0367 <sup>ns</sup> (0,0386)	0,1365* (0,0395)
Posição na família				
Cônjuge	-0,0532 <sup>ns</sup> (0,0762)	-0,2832*** (0,0681)	-0,0353 <sup>ns</sup> (0,0508)	-0,1559* (0,0496)
Filhos	-0,5181*** (0,0758)	-0,2743*** (0,0724)	-0,5693*** (0,0524)	-0,2004*** (0,0675)
Outros	-0,3451*** (0,0893)	-0,1598** (0,0846)	-0,4146*** (0,0664)	-0,1421** (0,0675)
Ter criança na família	0,2674*** (0,0615)	0,0136 <sup>ns</sup> (0,0531)	0,1847*** (0,0382)	0,0449 <sup>ns</sup> (0,0405)
Ser casado	0,3139*** (0,0753)	0,2707*** (0,0687)	0,2167*** (0,0472)	0,0129* (0,0487)
Experiência	0,0548*** (0,0067)	0,0429*** (0,0069)	0,0451*** (0,0046)	0,0512*** (0,0051)

(continua)

(conclusão)

Experiência <sup>2</sup>	-0,0009*** (0,0001)	-0,0004** (0,0001)	-0,0007*** (0,0001)	-0,0006*** (0,0001)
Escolaridade				
1 a 4 anos de estudo	-0,0029* (0,1577)	-0,0944* (0,1828)	0,0381 <sup>ns</sup> (0,0903)	0,1622* (0,1317)
5 a 8 anos de estudo	0,0568* (0,1516)	0,1684* (0,1654)	0,0533 <sup>ns</sup> (0,0875)	0,2861* (0,1241)
9 a 11 anos de estudo	0,3519*** (0,1549)	0,6157*** (0,1660)	0,3851*** (0,0908)	0,7536*** (0,1249)
Mais de 11 anos de estudo	0,0492* (0,1775)	0,6838 (0,1778)	0,1923*** (0,1072)	0,9040*** (0,1342)
Mora em Região Metropolitana	-0,0819 <sup>ns</sup> (0,0546)	-0,1771* (0,0521)	0,0813** (0,0314)	0,1076* (0,0325)
Renda domiciliar per capita	0,0008*** (0,0001)	0,0007*** (0,0001)	0,0006*** (0,0000)	0,0005*** (0,0000)
Pseudo R <sup>2</sup>	0,1954	0,1516	0,1661	0,1346
Teste de X <sup>2</sup>	435,41	342,03	921,29	594,26
Observações	4.646	3.634	9.437	7.671

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Nota: Erros padrão entre parênteses.

\*\*\*- significativo a 1%; \*\*- significativo a 5%; \*- significativo 10%; <sup>ns</sup>- não significativo.

Quanto à variável posição no domicílio, observa-se, de maneira geral, que tanto para os homens quanto para as mulheres, o chefe de domicílio tem maior probabilidade de estar no mercado formal, em comparação às demais posições. Isoladamente, o fato de ser cônjuge não apresentou significância para os homens em todas as regiões. Já para as mulheres, as regiões Nordeste e Centro-Oeste, o fato de ser cônjuge apresentou coeficientes negativos, tendo maior impacto na região Norte, ou seja, indivíduos nessas posições possuem maiores dificuldades de estarem inseridas no mercado de trabalho em relação aos chefes de família, e estatisticamente significativos. Geralmente, a mulher na condição de cônjuge, afeta de maneira negativa as mulheres, pois estas assumem, com mais frequência, o papel secundário no sustendo do lar (GUIGINSKI; WAJNMAN, 2019). Entretanto, as regiões Sul e Sudeste apresentaram um resultado distinto. Em ambos

os casos o fato de as mulheres serem cônjuges influenciou de maneira positiva a chance de inserção no mercado de trabalho, apresentando coeficientes estatisticamente significativos a 10%, isso pode estar relacionado ao fato de que essas regiões compreendem o maior nível de mulheres-cônjuges dentre as demais.

**Tabela 4** - Probabilidades de participação no mercado de trabalho para as regiões Centro-Oeste,Sul e Sudeste – 2015.

VARIÁVEIS	CENTRO-OESTE		SUL		SUDESTE	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
<b>Cor</b>	-0,0011 <sup>ns</sup> (0,0540)	-0,0316 <sup>ns</sup> (0,0509)	-0,0394 <sup>ns</sup> (0,0496)	0,1127** (0,0240)	-0,0127 <sup>ns</sup> (0,0282)	0,0354 <sup>ns</sup> (0,0281)
<b>Posição na família</b>						
Cônjuge	-0,0346 <sup>ns</sup> (0,0824)	-0,1253** (0,0698)	-0,1037 <sup>ns</sup> (0,0751)	0,0645* (0,0597)	-0,0744 <sup>ns</sup> (0,0468)	0,0226* (0,0405)
Filhos	-0,4747*** (0,0818)	-0,1070 <sup>ns</sup> (0,0743)	- 0,5351*** (0,0752)	-0,0059 <sup>ns</sup> (0,0695)	-0,5812*** (0,0468)	-0,0708 <sup>ns</sup> (0,0439)
Outros	-0,2065** (0,1019)	-0,2423* (0,0932)	- 0,3404*** (0,0972)	-0,0256 <sup>ns</sup> (0,0901)	-0,4542*** (0,0590)	0,0686 <sup>ns</sup> (0,0591)
<b>Ter criança na família</b>	0,0359 <sup>ns</sup> (0,0602)	0,0826 <sup>ns</sup> (0,0552)	0,2843*** (0,0538)	0,1117** (0,0546)	0,1326*** (0,0365)	0,0285 <sup>ns</sup> (0,0347)
<b>Ser casado</b>	0,2398* (0,0749)	0,0605 <sup>ns</sup> (0,0683)	0,2541*** (0,0642)	0,0616 <sup>ns</sup> (0,0578)	0,1985*** (0,0421)	0,0628* (0,0397)
<b>Experiência</b>	0,0541*** (0,0069)	0,0474*** (0,0069)	0,0331*** (0,0063)	0,0515*** (0,0060)	0,0315*** (0,0039)	0,0498*** (0,0039)
<b>Experiência<sup>2</sup></b>	-0,0008*** (0,0001)	-0,0007*** (0,0001)	- 0,0006*** (0,0001)	-0,0006*** (0,0001)	-0,0006*** (0,0001)	-0,0007*** (0,0001)
<b>Anos de estudo</b>						
1 a 4 anos	0,0712 <sup>ns</sup> (0,1525)	0,289** (0,1701)	0,1387 <sup>ns</sup> (0,1470)	0,4413* (0,1494)	0,0269 <sup>ns</sup> (0,0921)	0,1595 <sup>ns</sup> (0,1161)

(continua)

	(conclusão)					
5 a 8 anos	0,1391 <sup>ns</sup> (0,1471)	0,0294 <sup>ns</sup>	-0,0591 <sup>ns</sup> (0,1378)	0,2558** (0,1316)	-0,0721 <sup>ns</sup> (0,0895)	0,0228* (0,1105)
9 a 11 anos	0,4669* (0,1530)	0,2175* (0,1535)	0,1557* (0,1436)	0,5341*** (0,1378)	0,0684* (0,0926)	0,2668*** (0,1137)
Mais de 11 anos	0,3432*** (0,1667)	0,2946** (0,1622)	0,0531* (0,1554)	0,6135*** (0,1527)	0,2154* (0,1027)	0,2433*** (0,1243)
<b>Mora em RM</b>	-0,3742*** (0,0580)	-0,2503*** (0,0521)	-0,0800** (0,0433)	-0,0769** (0,0411)	-0,0675** (0,0278)	-0,0512** (0,0277)
<b>Renda dom. pc</b>	0,0003*** (0,0000)	0,0004*** (0,0000)	0,0007*** (0,0000)	0,0003*** (0,0001)	0,0006*** (0,0001)	0,0005*** (0,0001)
<b>Pseudo R<sup>2</sup></b>	0,1451	0,0894	0,1995	0,1097	0,1657	0,1244
<b>Teste de X<sup>2</sup></b>	367,40	191,37	445,69	292,68	977,69	599,87
Nº de obs.	4.561	3.836	7.417	6.491	15.136	12.602

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Nota: Erros padrão entre parênteses.

\*\*\*- significativo a 1%; \*\*- significativo a 5%; \*- significativo 10%; ns- não significativo.

Para os homens, a variável cônjuge foi não significativa em todos os casos. Montali (2004) menciona que a participação dos chefes de família, sendo estes homens ou mulheres, compreende a maior parcela dos indivíduos ocupados. Ou seja, apesar de outros tipos de posições no domicílio apresentarem um crescimento ao longo dos anos, observa-se que, em relação aos chefes de família, se inserem menos no mercado de trabalho brasileiro, sobretudo quando são mulheres e cônjuges. As demais posições, para os homens, impactam de maneira negativa as chances de participação no mercado de trabalho. Para as mulheres, as demais posições foram não significativas para as regiões Sul e Sudeste, e para a região Centro-Oeste, apenas o fato de ser filho foi não significativo.

As estimativas obtidas em relação a variável de experiência de trabalho indicam um efeito positivo e significativo para todas as regiões e, a experiência ao quadrado indica um efeito negativo e estatisticamente significativo, em todos os casos. Dessa forma, o impacto da experiência sobre a participação no mercado de trabalho é favorável, porém decrescente até o ponto de máximo da parábola formada pela relação entre essas duas variáveis, a partir do momento em que o impacto se torna negativo (CIRINO, 2018), indicando que o acúmulo de experiência (associado à idade do indivíduo) passa a ser desfavorável em determinado momento de vida.

Passando para a variável de escolaridade do indivíduo, conforme o esperado, todos os coeficientes, que foram significativos, apresentaram sinais positivos, já que o grupo-base adotado foram os indivíduos com nenhum grau de instrução. Sendo assim, em relação a eles, pessoas com os demais níveis de escolaridade apresentaram maiores chances de acesso ao mercado de trabalho sendo, na maioria dos casos, estaticamente significativas, para indivíduos do gênero masculino e feminino. Cada região apresenta uma dinâmica própria quanto à probabilidade do indivíduo se inserir no mercado de trabalho à medida que adquire mais anos de estudo. Entretanto, é possível destacar em comum, que os homens apresentam probabilidades de participação no mercado de trabalho no estrato de 9 a 11 anos de estudo. Já para as mulheres, quando mais elevado é o nível de escolaridade maior tende a ser sua probabilidade de participação no mercado de trabalho, com exceção da região Sudeste que ter 9 a 11 anos de estudo tem um impacto maior do que ter mais de 11 anos de estudo. Como mostrado por Costa (2007) e Leone, Krein e Teixeira (2017), há um aumento na probabilidade de participação da mulher no mercado de trabalho à medida que aumenta seus anos de estudo e que é justamente devido à maior escolaridade que a mulher vem se inserindo cada vez mais no mercado de trabalho. A exemplo, Lima et al. (2017) analisou os determinantes de inserção no mercado de trabalho formal das mulheres, para cada região brasileira, onde, para a região Sudeste, a atividade feminina no mercado de trabalho era maior quando elas possuíam de 9 a 12 anos de estudo.

A presença de filhos menores de 14 anos na família demonstrou ser positivamente correlacionada com a probabilidade de participação em atividades laborais para os homens em todos os casos, com exceção da região Centro-Oeste que não foi significativa. Já para as mulheres, o sinal da variável foi contrário ao esperado sendo não significativa em sua maioria. Apenas na região Sul o fato de ter filhos pequenos no domicílio afetou de maneira positiva a inserção da mulher no mercado de trabalho.

Quando ao impacto de ser casado sobre a probabilidade de participação no mercado de trabalho, verificou-se, que o efeito da variável é positivo e significativo para todos os homens. Para as mulheres, apenas nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste a variável apresentou coeficiente positivo e significativo nas chances de acesso ao mercado de trabalho formal brasileiro. Ou seja, ser casado impacta positivamente nas chances de o indivíduo participar do mercado de trabalho formal. Entretanto, convém destacar que, para os homens essa variável possui um impacto superior em relação às mulheres. Nas demais regiões, Centro-Oeste e Sul, o coeficiente foi não significativo.

Considerando a variável renda domiciliar per capita, esta apresentou um sinal positivo e significativo, para ambos os gêneros, em todas as regiões.

O fato de o indivíduo residir em Região Metropolitana impactou de maneira positiva a probabilidade de inserção em atividades laborais nas regiões Nordeste, Sul, Centro-Oeste e Sudeste, para ambos os sexos. Na região Norte, a variável não apresentou significância para os homens e, para as mulheres, o efeito foi negativo. Ou seja, mulheres que residem na Região Metropolitana do Norte tenderiam a reduzir suas chances de ingresso no mercado de trabalho formal.

Diante do exposto, é possível observar que, variáveis relacionadas às características individuais, familiares e regionais impactam de maneira diferente nas probabilidades de homens e mulheres participarem do mercado formal urbano. Assim, a próxima etapa deste trabalho utilizará uma decomposição para regressões não-lineares, a fim de compreender a contribuição dessas variáveis em aumentar ou reduzir as chances dos indivíduos de ingresso em atividades laborais.

### **5.3 Diferencial de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal**

Foi desenvolvida uma decomposição da participação, segundo o gênero, no mercado de trabalho brasileiro, com o objetivo de conhecer os principais determinantes que fazem com que os indivíduos do gênero feminino tenham menos chances de ingressar em atividades laborais em relação aos indivíduos do gênero masculino. Para isso, utiliza-se a decomposição de Fairlie (2006), para obter uma medida quantitativa das diferenças na probabilidade de participação no mercado de trabalho para homens e mulheres.

Sendo assim, com base nas estimativas dos modelos *Probit*, a análise da decomposição de Fairlie é apresentada na Tabela 4. A decomposição fornece quatro estimações. Na primeira, os resultados apresentados consideram como pesos apenas indivíduos masculinos e, na segunda, apenas os indivíduos do gênero feminino. A terceira, (*Pooled*) é uma combinação conjunta da amostra dos dois grupos, homens e mulheres. Já a quarta (Ordem Reversa), também é uma combinação dos dois grupos, mas leva em consideração uma ordenação das variáveis diferente, a fim de captar se, a



depende da ordem, o resultado é afetado. Para mais, a análise focará nos resultados do *Pooled*<sup>2</sup>.

Considerando todas as regiões, em média, a probabilidade de acesso ao mercado de trabalho para os indivíduos do gênero feminino e masculino foram de, aproximadamente, 73,74% e 82,09%, respectivamente. As regiões Sul, Centro-Oeste e Sudeste apresentaram a maior probabilidade de participação de homens e mulheres no mercado de trabalho. Esse resultado vai ao encontro de Cirino (2008). No Norte observa-se a menor probabilidade de participação para as mulheres no mercado de trabalho, cerca de 63,36% delas ingressariam no mercado de trabalho, contra 78,98% dos homens. Em Faustino et al. (2017), para todas as regiões, os homens participam mais do mercado de trabalho do que as mulheres.

Ao analisar a diferença de probabilidade de participação no mercado de trabalho entre mulheres e homens, a região com maior discrepância de probabilidade foi a Norte, 15,61%, seguida da Nordeste, da Centro-Oeste, Sudeste e do Sul, 11,33%, 7,7%, 6,1% e 5,1%, respectivamente. Lima et al. (2013) apresenta os mesmos resultados, onde indivíduos do gênero masculino, no período de 1995 a 2009, sempre apresentaram participação no mercado de trabalho superior à dos indivíduos do gênero feminino.

Os resultados denotam que o modelo explica 19,8% do hiato de participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres em função das diferenças de características entre os sexos para a região Norte, 12,4% para a região Nordeste, 15,3% e 25,5% para as regiões Sul e Sudeste, e 21,6% para o Centro-Oeste. Percebe-se também que as diferenças nas características que mais impactaram na probabilidade de participação no mercado de trabalho foram a posição do indivíduo no domicílio, a experiência e o fato de ser casado, que atuaram no sentido de aumentar o diferencial de participação, enquanto que a escolaridade e a renda domiciliar per capita atenuaram as diferenças de participação.

A variável posição do indivíduo no domicílio para as regiões Centro-Oeste e Sul tiveram maior probabilidade, dentre as demais regiões, em contribuir para o total explicado da diferença de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho o percentual ficou na faixa de 14,5% e 14,1%, nessa ordem.

A contribuição da posição no domicílio para aumentar o diferencial entre mulheres e homens no mercado de trabalho formal, pode estar relacionado ao fato de as mulheres serem a maioria na posição de cônjuge e os homens a maioria na posição de

---

<sup>2</sup> As demais decomposições podem ser observadas no Anexo A.

chefe de família. Geralmente, o indivíduo chefe de família é o principal provedor da família, ficando os cônjuges, na maioria das vezes mulheres, responsáveis pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos.

**Tabela 5** - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho, segundo as regiões - 2015.

VARIÁVEIS	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE
Cor	-0,0001 <sup>ns</sup> -0,1% (0,0002)	-0,0004 <sup>ns</sup> -0,3% (0,0000)	0,0001 <sup>ns</sup> 0,1% (0,002)	-0,0002 <sup>ns</sup> -0,4% (0,0002)	0,0000 <sup>ns</sup> 0,0% (0,0002)
Posição	0,01344*** 8,6% (0,0018)	0,0127*** 11,2% (0,0013)	0,0111*** 14,5% (0,0021)	0,0060* 12,0% (0,0013)	0,0085*** 14,1% (0,0017)
Criança peq.	-0,0007* -0,4% (0,0002)	-0,0002** -0,1% (0,0001)	-0,0002 <sup>ns</sup> -0,2% (0,0001)	-0,0001 <sup>ns</sup> -0,2% (0,0001)	-0,0007* -1,2% (0,0002)
Experiência	0,0198*** 12,7% (0,0016)	0,0219*** 19,3% (0,0014)	0,0119*** 15,6% (0,0015)	0,0111*** 22,1% (0,0014)	0,0099*** 16,5% (0,0011)
Casado	0,0230*** 14,7% (0,0022)	0,0153*** 13,5% (0,0015)	0,0072*** 9,5% (0,0013)	0,0050*** 10,0% (0,0015)	0,0074*** 12,3% (0,0009)
Anos de estudo	-0,0086* -5,5% (0,0027)	-0,0223*** -19,7% (0,0026)	-0,0073* -9,6% (0,0025)	-0,0043** -8,6% (0,0026)	-0,0007* -1,2% (0,0018)
Reside em RM.	0,0002** 0,1% (0,0001)	-0,0003* -0,3% (0,0001)	0,0028*** 3,7% (0,0004)	0,0001*** 0,2% (0,0001)	0,0002* 0,3% (0,0000)
Renda dom. pc	-0,0161*** -10,3% (0,0016)	-0,0127*** -11,2% (0,0013)	-0,0091*** -12,0% (0,012)	-0,0099*** -19,7% (0,0013)	-0,0093*** -15,5% (0,0015)
<b>Total explic.</b>	0,03094 19,8%	0,0140 12,4%	0,0164 21,6%	0,0077 15,3%	0,0153 25,5%
<b>Prob. H.</b>	78,9%	76,4%	86,7%	88,9%	83,5
<b>Prob. M.</b>	63,3%	65,1%	79,0%	83,8%	77,4
<b>Dif. de prob.</b>	15,6%	11,3%	7,7%	5,1%	6,1%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

Nota: Erros padrão entre parênteses.

\*\*\*- significativo a 1%; \*\*- significativo a 5%; \*- significativo 10%; <sup>ns</sup>- não significativo.

Sendo assim, de acordo com o modelo de produção doméstica, as mulheres cônjuges tenderiam a apresentar um salário de reserva maior, devido a produtividade doméstica mais elevada, e, conseqüentemente, menores chances de estarem inseridas no mercado de trabalho.

O mesmo ocorre quanto à experiência do indivíduo, para o caso analisado, os homens, que estão entre os que mais participam do mercado de trabalho, adquirem, em média, mais experiência que as mulheres, fazendo com que haja um aumento da produtividade do trabalho para eles, contribuindo para o aumento do diferencial entre os gêneros. Para a região Sul, a variável experiência teve a maior contribuição para reduzir o total explicado da diferença de participação entre os sexos, cerca de 22,5%, seguida da região Nordeste, 19,3% e do Sudeste, 16,5%.

Ademais, é importante destacar que a variável experiência capta não somente uma medida de diferencial, mas também uma característica no ciclo de vida entre os dois, que fazem com que as mulheres apresentem maior descontinuidade no mercado de trabalho, conforme hipótese sugerida por Mincer e Polachek (1974). Por se ausentarem e retornarem ao mercado de trabalho com mais frequência do que os homens, seja para casar e criar os filhos, por exemplo, faz com que a participação das mesmas se dê em menor magnitude no mercado de trabalho. Diante disso, é de se esperar que as mulheres possuem uma produtividade de mercado menor, dada a pouca experiência profissional.

Para a região Nordeste, os anos de estudo teve o maior impacto, dentre as demais regiões, contribuindo com - 19,7% para o total explicado da diferença de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho, seguido da região Centro-Oeste, que foi de -9,6%. Mais anos de estudo para as mulheres contribuiu para reduzir o diferencial de participação no mercado de trabalho em relação aos homens, pois quanto maior a escolaridade, dada a produtividade doméstica e o valor do lazer para a mulher, melhor tende a ser as oportunidades de emprego e salários. Diversos estudos vão ao encontro desses resultados, como Cruz e Naticchioni (2012), Simões et al. (2016) e Teixeira (2014). Segundo Cruz e Naticchioni (2012), a taxa de atividade no mercado de trabalho, para ambos os sexos, é positivamente relacionada com a escolaridade, principalmente

entre as mulheres. De acordo com Simões et al. (2016), a partir dos 11 anos de estudo, há um aumento da taxa de atividade considerável para as mulheres e pouco significativa para os homens. Ainda assim, mesmo se inserindo no mercado de trabalho com maior intensidade dada a maior escolaridade, a participação da mulher em atividades laborais se dá de forma seletiva, concentrando-se em determinados setores da economia, como de serviços, comércio e administração pública, principalmente em serviços públicos voltados para a área de saúde e de ensino (TEIXEIRA, 2014).

Para mais, Coelho e Corseuil (2002), a experiência e o nível de escolaridade são considerados características produtivas determinantes do capital humano. Os autores ressaltam que o aumento do nível educacional do trabalhador melhora sua capacidade de raciocínio e, portanto, melhora sua eficiência. Em relação à experiência, ressaltam ser capaz de elevar o domínio do trabalhador sobre as funções desempenhadas. Nos dois casos, o resultado é o ganho de produtividade. Diante disso, é de se esperar que os ganhos de experiência e de escolaridade representam, na média, ganhos de produtividade, e, conseqüentemente, aumentam as chances de inserção no mercado de trabalho, para homens e mulheres.

Ainda, Cirino (2008) menciona que a experiência profissional do indivíduo está relacionada com o treinamento obtido ao longo dos anos e também com sua idade. Assim, à medida que é mais especializado maior sua experiência profissional e, como resultado o indivíduo tende a ter uma maior produtividade. Segundo o autor, como pode ser observado, homens tendem a possuir maior experiência em relação às mulheres, denotando, em certa parte, o maior investimento por parte delas em educação. A partir deste cenário, é de se esperar menor experiência no currículo das mulheres, mas maior nível de instrução em comparação aos homens.

Os resultados apontaram ainda que ser casado contribui para aumentar o diferencial de participação entre mulheres e homens no mercado de trabalho formal para as regiões brasileiras, principalmente nas regiões Norte e Nordeste, 14,7% e 13,5%, respectivamente. Um dos fatores que podem explicar esse resultado se dá pelos diferenciais de salário reserva entre homens e mulheres, ou seja, mulheres casadas com ou sem filhos, tendem a ter um salário reserva maior do que os homens no mesmo caso, contribuindo para uma participação reduzida em atividades laborais. Santos et al. (2010) destacam que o fato de ser casado aumentar a chance de estar ocupado para o homem e com efeito contrário para a mulher pode ser atribuído às características culturais de cada

economia, como é o caso do Brasil, onde predomina o papel do homem responsável pelo sustento da família e a mulher pelo cuidado lar e filhos.

Quando à renda domiciliar per capita, as regiões que apresentaram maior percentual da variável para explicar a diferença de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho foram a Sul e a Sudeste. Pode-se entender que ela contribui para reduzir o diferencial de participação no mercado de trabalho, uma vez que, indivíduos em famílias com rendas mais elevadas tendem a ter maior nível cultural, fazendo com que a participação da mulher no mercado de trabalho aumente, impactando assim, na redução do diferencial de participação entre mulheres e homens no mercado de trabalho.

Segundo Schultz (1961) e Becker (1962), o indivíduo, ao almejar uma renda futura mais elevada, buscam alcançar maior nível de instrução e treinamento profissional a fim de aperfeiçoar suas habilidades que, por consequência, eleva sua capacidade produtiva. Ou seja, quando o indivíduo se torna mais qualificado a expectativa é uma maior renda. Implicitamente, a “melhoria no capital humano do indivíduo provocaria aumento da sua produtividade marginal, e, portanto, seu valor de mercado tornar-se-ia mais alto, permitindo-lhe vislumbrar maior renda esperada” (CIRINO *apud* SCHULTZ, 1961; BECKER, 1962).

## 6. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo principal analisar o diferencial de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho formal brasileiro, para o ano 2015. Em relação aos outros trabalhos, o diferencial deste estudo diz respeito à análise dos dados brasileiros sob a ótica regional e do uso da metodologia de Decomposição de Fairlie para entender a contribuição de determinadas variáveis na diferença de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho.

No tocante à decomposição, o modelo explica 19,8% das diferenças de características de homens e mulheres no mercado de trabalho para a região Norte, 12,4% para a região Nordeste e, 15,3% e 25,5% para as regiões Sul e Sudeste. Percebe-se também que as diferenças nas características de posição do domicílio, experiência e o fato de ser casado atuam no sentido de aumentar o diferencial na participação no mercado de trabalho, enquanto a escolaridade e a renda domiciliar per capita atenuam as diferenças de participação.

Os resultados demonstraram que os homens e mulheres da região Sul possuem maior probabilidade de participarem do mercado de trabalho dentre as demais regiões do país. Ainda, o maior diferencial de participação entre os sexos se dá nas regiões Norte e Nordeste. Quanto ao total explicado, as variáveis contribuíram em maior magnitude para explicar o diferencial de participação nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, 25,5% e 21,6%, respectivamente. Quanto à contribuição das variáveis no total explicado da diferença de participação entre mulheres e homens no mercado de trabalho, o fato de ser casado e a posição no domicílio apresentou maior percentual em reduzir a diferença de participação entre homens e mulheres na região Norte, a experiência do indivíduo e maior nível de escolaridade na região Nordeste, e a renda domiciliar per capita na região Sul, em relação às demais regiões. Tais resultados evidenciam a heterogeneidade entre as regiões brasileiras, sendo importante levar em consideração as disparidades regionais para buscar medidas de redução do diferencial de participação entre os sexos.

A crescente participação feminina no mercado de trabalho e o acesso a profissões de prestígio nas últimas décadas é evidente, não só no Brasil como no mundo. Isso fez com que essa temática ganhasse mais notoriedade nos discursos acadêmicos em decorrência do impacto causado no cenário social. Ainda, convém destacar que a escolaridade possui grande impacto na vida das mulheres brasileiras, sobretudo na região

Nordeste do Brasil, onde permite o maior ingresso e permanência delas no mercado de trabalho.

Mesmo assim, a literatura nacional e internacional aponta o diferente perfil de homens e mulheres com relação ao trabalho doméstico e o impacto das elevadas horas dedicadas aos afazeres domésticos por parte das mulheres na participação em atividades laborais ao longo do tempo. Associado a isso, tem-se a permanência de modelos de participação no mercado de trabalho e divisão do trabalho doméstico visando a maximização da utilidade familiar que explicam, em algum grau, o motivo de certa parte das mulheres permanecerem à margem do mercado de trabalho.

Em suma, apesar do expressivo aumento da participação desse grupo em atividades laborais, é importante ressaltar que o impacto das mulheres no mercado de trabalho pode ser mais expressivo com a existência de políticas públicas que permitam a ausência da mesma em casa. Um exemplo seria investimentos governamentais na construção e manutenção de creches e escolas em tempo integral, bem como a valorização do trabalho doméstico remunerado e não remunerado. Tais medidas auxiliariam para reduzir as dificuldades das mulheres brasileiras, em particular àquelas com baixo nível de escolaridade e de renda, em participar do mercado de trabalho, passando a contribuir também com a geração de renda para a família.

Uma limitação para este estudo está atrelada à falta de dados sobre o trabalho doméstico, uma vez que é uma das principais razões que pode determinar a participação da mulher no mercado de trabalho.

Como sugestão para trabalhos futuros sugere-se a investigação dos diferenciais de participação sob a ótica da estática comparativa a nível regional, agregando os dados da PNAD com dados mais recentes da PNAD Contínua. Também será interessante a análise de diferentes coortes, a partir de um Pseudo-Painel, para verificar a progressão ao longo do tempo do diferencial de participação entre homens e mulheres no mercado de trabalho brasileiro.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. E. D. Desafios da equidade de gênero no século XXI. *Revista Estudos Feministas*, v. 24, n. 2, p. 629-638, 2017.

BARBOSA, A. L. N. H. Tendências na alocação do tempo no Brasil: trabalho e lazer. **Revista Brasileira de Estudos de População**. vol.35 nº.1. São Paulo, mar. 2019.

BARROS, A. R. Desigualdades Regionais no Brasil: natureza, causas, origens e soluções. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

BECKER, G.S. A theory of the allocation of time. *The Economic Journal*, n. 299, p. 493-517, Sep. 1965.

BORJAS, G. J. *Labor Economics*. New York: **The McGraw-Hill Companies**, 1996.

BRUSCHINI, C. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos anos. 2007.

\_\_\_\_\_.; LOMBARDI, M. R; MERCADO, C. M. e RICOLDI, A. Trabalho, renda e políticas sociais: avanços e desafios. In: Barsted, L. L. & Pitanguy, J. (Org.) **O Progresso das mulheres no Brasil 2003-2010**. Rio de Janeiro:Cepia; Brasília: Onu Mulheres, 2011.

CARLOTO, C. M. GOMES, A. G. Geração de renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 105, p. 131-145, jan./mar., 2011.

CARVALHO, R.O. Sociedade, Mulher e Profissão- **Revista de Gestão e Secretariado – GeSeC**, 2016.

CIRINO, J.F. Participação feminina e rendimento no mercado de trabalho: análises de decomposição para o Brasil e as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e Salvador. 2008. **Tese (Doutorado em Economia Aplicada)** –Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

\_\_\_\_\_. Discriminação por gênero no mercado de trabalho: uma comparação do diferencial de rendimento entre homens e mulheres para os anos de 2002 e 2014. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n.51, jul/dez. 2018.

COELHO, A. M. e CORSEUIL, C. H. Diferenciais salariais no Brasil: um breve panorama. In: Corseuil, C. H. (Ed). *Estrutura salarial: aspectos conceituais e novos resultados para o Brasil*. Rio de Janeiro. IPEA, 2002.

COSTA, J. S. M. Determinantes da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. 2007. 70f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

CRUZ, B. O.; NATICCHIONI, P. Falling urban wage premium and inequality trends: evidence for Brazil. *Investigaciones Regionales*, v. 24, p. 91-113, 2012.



FAIRLIE, R. W. *The absence of the African-American owned business: An analysis of the dynamics of self-employment. Journal of Labor Economics*, v. 17, n. 1, p. 80-108, 1999.

\_\_\_\_\_. *An extension of the Blinder-Oaxaca decomposition technique to logit and Probit models. Journal of economic and social measurement*, v. 30, n. 4, p. 305-316, 2006.

FOUTOURA, N. O.; GONZALEZ, R. Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade?. Repositório do Conhecimento do IPEA. Nota técnica, mercado de trabalho, n. 41, Nov. 2009.

GOLDSCHIEDER, F.; BERNHARDT, E.; LAPPEGARD, T. The gender revolution: a framework for understanding changing family and demographic behavior. *Population and Development Review*, v. 41, n. 2, p. 207-239, 2015.

GONDIN, J. L. BARRETO, F. A. CARVALHO, J. R. Condicionantes de Clubes de Convergência no Brasil. *Revista Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 37, n. 1, 2007.

GOUGH, M.; NOONAN, M. A review of the motherhood wage penalty in the United States. *Sociology Compass*, v. 7, n. 4, p. 328-342, 2013. GUIGINSKI, J. T. O prêmio salarial masculino do casamento. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

GRONAU, R. Leisure, home production and work: the theory of the allocation of time revisited. *Journal of Public Economics*, n. 6, p. 1099-1124, Dec. 1977.

GUIGINSKI, J. WAJNMAN. S. A penalidade pela maternidade: participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **R. bras. Est. Pop.**, v.36, p.1-26, e0090, 2019.

\_\_\_\_\_. Grupos de geração de renda para mulheres: reforço ou ruptura com a divisão sexual do trabalho? **Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas**. Gênero e Trabalho - Universidade Estadual de Londrina, jun. 2010.

HIRATA, H. Mundialização, divisão sexual do trabalho e movimentos feministas transnacionais. **Revista Feminista**, Recife, n.2, 2010.

\_\_\_\_\_; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v.37, n.132, p.595-609, set./dez. 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - 2019**.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Mulheres e trabalho: breve análise do período de 2004-2014, nota técnica n. 24, pp. 3-28. Brasília: Ipea, 2016.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: EMÍLIO, M.; GODINHO, T.; NOBRE, M.; TEIXEIRA, M. (Orgs.). **Trabalho e cidadania ativa para as mulheres: desafios para as políticas públicas**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 152 p., 2003.

KON, A. Considerações teóricas sobre a divisão sexual do trabalho na família: Repercussões sobre o mercado de trabalho. In: As famílias e as políticas públicas no Brasil. Belo Horizonte, **Abep**, nov., 2005.

KUHHIRT, M.; LUDWIG, V. Domestic work and the wage penalty for motherhood in West Germany. *Journal of Marriage and Family*, v. 74, n. 1, p. 186-200, 2012.

LEME, M.C.S.; WAJNMAN, S. Efeito de período, coorte e ciclo de vida na participação feminina no mercado de trabalho brasileiro. In: WAJNMAN, S.; MACHADO, A.F. (Orgs.). **Mercado de trabalho: uma análise a partir de pesquisas domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 49-65. 2003.

LEONE E. T.; KREIN, J. D.; TEIXEIRA, M. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. Campinas: Instituto de Economia - UNICAMP **Equipe do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho - CESIT/IE**, 2017.

LIMA, M.; RIOS, F.; FRANÇA, D. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In MARCONDES, Mariana Mazzini [et al]. **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Ipea, 2013.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R.; HERMETO, A. M. Determinantes socioeconômicos, estruturas produtivas regionais e condição ocupacional no Brasil, 2000-2010. *Economia Aplicada*, v. 19 (2). p. 299-323, 2017.

MACHADO, A. F.; OLIVEIRA, A. M. H. C.; ANTIGO, M. Evolução do diferencial de rendimentos entre setor formal e informal no Brasil: o papel das características não observadas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 12, n. 2, p. 355-388, 2008.

MAIA K.; CATELAN D. W.; BACCI M.D.; FONSECA M. R. Diferenças salariais e discriminação por gênero e cor no mercado de trabalho da região Sul do Brasil. **Estudo & Debate**, Lajeado, v. 25, n.1, p. 7-31, 2018.

MEDEIROS, M. PINHEIRO, L. S. Desigualdades de gênero em tempo de trabalho pago e não pago no Brasil, 2013. **Sociedade e Estado**. vol.33 nº1. Brasília, jan./abr. 2018.

MENEZES, W. F.; FERNANDEZ, J. C.; DEDECCA, C. Diferenciações regionais de rendimentos do trabalho: uma análise das regiões metropolitanas de São Paulo e Salvador. **Revista Estudos Econômicos**, v. 35, n. 2, p. 271-296, 2005.

MINCER, J.; POLACHEK, S. Family investments in human capital: earnings of women. **Journal of Political Economy**, v. 35, n. 2, p. 76-108, mar./apr. 1974.

MOREIRA, G. C.; CIRINO, J. F. Participação feminina no mercado de trabalho: uma análise de decomposição para as regiões Nordeste e Sudeste. **Revista Gênero**, Niterói, v.13, n. 1, p.143-168, 2. Sem. 2012.

OAXACA, R.L. Male-female differentials in urban labor market. **International Economic Review**, v. 14, n. 3, p. 693-709, oct. 1973.

PASSOS, L.; GUEDES, D.R. Participação feminina no mercado de trabalho e a crise de cuidados da modernidade: conexões diversas. **Planejamento e Políticas Públicas (PPP)**, n.50, jan/jun. 2018.

PENNA, C. M. LINHARES, F. C. CARVALHO, E. TROMPIERI, N. Análise das Disparidades de Bem-Estar entre os Estados do Brasil. **Estudos Econômicos**, v.43, n.1, p.51- 78, 2013.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. **IBGE**, 2019.

\_\_\_\_\_ - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Estudo mostra desigualdades de gênero e raça em 20 anos, **IBGE** - 2016.

SANTOS, G. C., FONTES, R. M., BASTOS, P., e LIMA, J. E. D. Mercado de trabalho e rendimento no meio rural brasileiro. **Economia Aplicada**, v. 14, n. 3, p. 355-379, 2010.

SCORZAFAVE, L. G.; MENEZES-FILHO, N. Caracterização da Participação Feminina no Mercado de Trabalho: Uma Análise de Decomposição. **Economia Aplicada**, 10(1):41-55, jan.-mar. 2005.

SILVA, Â. C; OLIVEIRA, L. H. Conciliando a realização pessoal, o trabalho e a família: Um estudo com mulheres do interior do Rio Grande do Sul. **Revista Psicologia em Foco**, v. 6, n. 2, p. 1-19, 2014.

SIMÕES, P.H.C.; ALVES, J.E.D.; SILVA, P.L.N. Transformações e tendências do mercado de trabalho no Brasil entre 2001 e 2015: paradoxo do baixo desemprego? **R. bras. Est. Pop.**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 3, p. 541-566, set./dez. 2016.

SOUZA, P.H.G.F. OSORIO, R. G. A redução das disparidades regionais e a queda da desigualdade nacional de renda (1981-2009). **Planejamento e políticas públicas**, n.43, jul/dez. 2014.

SOUSA, L. P.; GUEDES, D.R. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, vol. 30, n. 87. São Paulo, Mai./Ago. 2016.

TEIXEIRA, M. O. Formalização do emprego e permanência das desigualdades de gênero. Germany: Friedrich Ebert Stiftung, 2014.

WAJNMAN, S. Relações familiares e diferenciais de rendimentos por sexo no Brasil. In: ITABORAI, N. R.; RICOLDI, A. M. Até onde caminhou a revolução de gênero no Brasil? Belo Horizonte: **Abep**, p. 45-58, 2016.

WOOLDRIDGE, Jeffrey Marc. *Econometric analysis of cross section and panel data*. **The MIT Press**, Cambridge-Massachusetts, Estados Unidos da América - 2002.

**ANEXOS**

**ANEXO A – DECOMPOSIÇÃO DE FAIRLIE PARA HOMENS, MULHERES E  
ORDEM REVERSA**

**Tabela 6** - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho para o grupo feminino, segundo as regiões para o ano de 2015

Variáveis	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Cor do indivíduo	0,0003 <sup>ns</sup> 0,0003	-0,001*** 0,0003	-0,0007** 0,0003	-0,0002 <sup>ns</sup> 0,0001
Posição no domicílio	0,01227*** 0,003	0,0082*** 0,0021	-0,0034 <sup>ns</sup> 0,0029	-0,0011 <sup>ns</sup> 0,0019
Ter criança na família	-0,0001 <sup>ns</sup> 0,0005	-0,0001 <sup>ns</sup> 0,0001	-0,0004** 0,0029	-0,0003 <sup>ns</sup> 0,0004
Experiência do indivíduo	0,0228*** 0,0024	0,0256*** 0,0021	0,0162*** 0,0018	0,00161*** 0,0013
Vive com companheiro	0,0135*** 0,0033	0,0064* 0,0024	0,0015 <sup>ns</sup> 0,0014	0,0022 <sup>ns</sup> 0,0014
Escolaridade	-0,0214*** 0,0037	-0,0381*** 0,0036	-0,0109*** 0,0029	-0,0065* 0,0018
Reside em Região Metropolitana	0,0006** 0,0002	-0,0005* 0,0001	0,0000 <sup>ns</sup> 0,0000	0,0002** 0,0001
Renda domiciliar per capita	-0,0116*** 0,0044	-0,0111*** 0,0015	-0,0068*** 0,0017	-0,0069*** 0,0008
Total Explicado	0,0162	0,0103	0,0042	0,0032
Diferença de Probabilidade	0,1561	0,1133	0,0502	0,0605
Probabilidade	0,6336	0,6505	0,8395	0,7738

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

\*\*\*- significativo a 1%; \*\*- significativo a 5%; \*- significativo 10%; <sup>ns</sup>- não significativo.

**Tabela 7** - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho para o grupo masculino, segundo as regiões para o ano de 2015

Variáveis	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Cor do indivíduo	0,0000 <sup>ns</sup> 0,0004	0,0003 <sup>ns</sup> 0,0003	0,0003 <sup>ns</sup> 0,0004	0,0000 <sup>ns</sup> 0,0001
Posição no domicílio	0,0029** 0,0017	0,0099*** 0,0015	0,0028 <sup>ns</sup> 0,0018	0,0057*** 0,0014
Ter criança na família	0,0003 <sup>ns</sup> 0,0005	0,0002 <sup>ns</sup> 0,0002	0,0016* 0,0006	- 0,0004*** 0,0001
Experiência do indivíduo	0,0148*** 0,0022	0,0144*** 0,0018	0,0056*** 0,0013	0,0039*** 0,0008
Vive com companheiro	0,0137*** 0,0033	0,0104*** 0,0022	0,007*** 0,0017	0,0067*** 0,0014
Escolaridade	-0,0021* 0,0041	-0,0141*** 0,0034	0,000* 0,002	0,0036** 0,0014
Reside em Região Metropolitana	0,0002 <sup>ns</sup> 0,0002	-0,0004** 0,0001	0,0001 <sup>ns</sup> 0,0001	0,0003** 0,0001
Renda domiciliar per capita	-0,0195*** 0,0034	-0,0142*** 0,0015	- 0,0161*** 0,0018	- 0,0127*** 0,0012
Total Explicado	0,0106	0,0106	0,0018	0,0071
Diferença de Probabilidade	0,1561	0,0237	0,0502	0,0605
Probabilidade	0,7898	0,8619	0,8898	0,8344

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

\*\*\*- significativo a 1%; \*\*- significativo a 5%; \*- significativo 10%; <sup>ns</sup>- não significativo.

**Tabela 8** - Contribuição das variáveis para o diferencial de participação no mercado de trabalho, segundo as regiões para o ano de 2015 – Ordem Reversa

Variáveis	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste
Cor do indivíduo	-0,0001 <sup>ns</sup> 0,0002	-0,0003 <sup>ns</sup> 0,0002	-0,0003 <sup>ns</sup> 0,0003	0,0000 <sup>ns</sup> 0,0001
Posição no domicílio	0,1131*** 0,0016	0,0105*** 0,0012	0,0043* 0,0017	0,0076*** 0,0011
Ter criança na família	-0,0011* 0,0005	-0,001** 0,0003	-0,0021 <sup>ns</sup> 0,007	-0,0014* 0,0005
Experiência do indivíduo	0,013*** 0,0013	0,016*** 0,0012	0,0019*** 0,0008	0,0048*** 0,0005
Vive com companheiro	0,0164*** 0,0018	0,0113*** 0,0012	0,0013*** 0,0005	0,042*** 0,0005
Escolaridade	-0,0064* 0,002	-0,0189*** 0,0022	-0,0017** 0,00009	-0,0008* 0,0007
Reside em Região Metropolitana	0,0002** 0,0013	-0,0002* 0,0001	0,0001 <sup>ns</sup> 0,0001	0,0001* 0,0007
Renda domiciliar per capita	-0,0036*** 0,0001	-0,0032*** 0,0008	0,0041*** 0,0014	0,0005*** 0,0007
Total Explicado	0,0292	0,014	0,0077	0,0153
Diferença de Probabilidade	0,1561	0,1133	0,0502	0,0605

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

\*\*\*- significativo a 1%; \*\*- significativo a 5%; \*- significativo 10%; <sup>ns</sup>- não significativo.